

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Sociais
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Rodrigo Dionisi Capelli

“SHOPPING TREM”
Uma Análise das Atividades de Trabalho Informal no Interior das
Composições da Linha 8 (Diamante) da CPTM

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2017

Rodrigo Dionisi Capelli

“SHOPPING TREM”

**Uma Análise das Atividades de Trabalho Informal no Interior das
Composições da Linha 8 (Diamante) da CPTM**

Dissertação apresentada à banca examinadora
como exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais, pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Noêmia Lazzareschi

São Paulo

2017

Banca examinadora:

*à Francinete da Silva Capelli e
Ana Luiza Silva Dionisi Capelli: minhas estruturas.
à Márcia Regina Dionisi Capelli (in memoriam) e
Adalberto Capelli: meus alicerces.*

AGRADECIMENTOS

Desde o término da minha graduação em 2003 que tinha a intenção de ingressar em algum programa de mestrado em ciências sociais. Logo que retornei a São Paulo, fiz um curso de especialização com o intuito de dar prosseguimento à minha carreira acadêmica. Minha intenção inicial era ingressar no mestrado em algum programa de pós-graduação de alguma IES de renome. Mas na vida nem sempre o que planejamos acaba acontecendo no tempo previsto. A minha vida profissional estava em ascensão: cada vez mais minha carga horária de trabalho aumentava e os planos de ingressar no mestrado esbarravam na frase: “ano que vem eu tento”. O anos foram se passando e, em 2005, comecei a namorar com a minha esposa. Em 2010 casamos. Ela constantemente me cobrava em relação ao ingresso no mestrado. Em 2012 chega a minha filha Ana Luiza. De tanto insistir, minha companheira conseguiu. No primeiro semestre de 2014 fui à procura e ingressei no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCSP. Assim sendo, meu primeiro agradecimento vai pra você Fran. Obrigado por nunca desistir e sempre me incentivar, não só a começar mas, principalmente, a persistir nessa árdua jornada que foi ter uma carga de horas/aula extensa com os trabalhos inerentes à uma dissertação de mestrado.

Agradeço aos meus pais. Minha mãe Márcia pouco pode acompanhar o desenvolvimento desse trabalho pois faleceu dias após eu ingressar no programa mas que teve fundamental importância como grande incentivadora e apoiadora desse meu projeto. Agradeço enormemente ao meu pai Adalberto, grande responsável por eu ser essa pessoa que sou hoje. Muito obrigado pai, por sempre me ouvir, me aconselhar e me apoiar em todos os momentos da minha vida (mesmo os mais absurdos). Muito obrigado pelos momentos de conversas e divagação sentados à mesa ou do Bar do Bigode ou do Bar do Machado.

Agradeço também aos meus familiares. À minha madrinha Cidinha e primo Diego por todas as vezes que me incentivaram e apoiaram. À minha irmã Alessandra, meu irmão Raphael, meus cunhados Aline e Stevens e meus sobrinhos Vittoria e Pedro. Como vocês também são partes fundamentais da minha vida, também foram importantes para essa minha conquista.

Um agradecimento mais que especial à toda paciência e dedicação da minha orientadora Noêmia Lazzareschi: a “papisa” da Sociologia do Trabalho. Seus

ensinamentos e disposição em ajudar foram essenciais para esse trabalho. Obrigado por ter me escolhido como seu orientando.

Não posso esquecer a todos colegas e amigos que me apoiaram em algum momento desse trabalho. Ao grupo de colegas da 47ª turma de Ciências Sociais da Unesp de Araraquara pela ajuda na elaboração do projeto de pesquisa a ser entregue no processo seletivo da PUCSP.

Aos meus colegas de trabalho, um muito obrigado. Guilherme Botelho, Jhonatan Marfinati, Bruno Santana, Carlos Grillo, Fernando Alves, Cleber Amaral e Ricardo Pataro: vocês são os melhores professores com quem trabalhei ao longo da minha carreira.

Aos colegas que fiz ao longo desse período: Rafael Balseiro Zin, Rui Yashio Kunugi, Vinicius Ribeiro, Thiago Prada, Thiago Tifaldi, Cristiana Felipe, Marcelo Moraes, Diego Borges Cordeiro, Rogério Tineu e Francine Nunes: muito obrigado por compartilharem bons momentos ao longo desse tempo.

À todos(as) professores(as) do PEPGCSO da PUCSP, em especial a Carmem Junqueira, Guilherme Simões Gomes Jr., Luiz Eduardo Wanderley, Maria Celeste Mira, Marisa Borin e Rita Alves Oliveira pela enorme contribuição que, com suas aulas geniais, deram à minha formação.

Aos funcionários da secretaria do PEPGCSO, Katia Cristina da Silva e Rafael Diego Garcia por toda paciência no desenrolar para com as questões burocráticas, fazendo com que eu não perdesse nenhum prazo ao longo desse percurso.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão das bolsas (parcial e integral) e que possibilitaram a conclusão desse projeto de pesquisa sem maiores percalços financeiros.

RESUMO

Esta presente dissertação tem como intenção primordial, a análise da situação que se encontra o comércio no interior dos vagões das composições que cruzam parte da porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo através da linha 8 (Diamante) que faz parte da estrutura da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Para tanto, trabalhei a contextualização histórica do surgimento do fenômeno (Trabalho Informal) no qual meu objeto está inserido. A análise de obras que já conceituaram o fenômeno em conjunto com vários dias de observação do comércio no interior das composições, são o fundamento desse estudo que, espero, tenha conseguido descrever com fidedignidade o trabalho ali realizado que, apesar de ilegal, garante a subsistência daqueles que a praticam.

Temos aqui, uma visão de como essas atividades ilegais se relacionam com a sociedade mais ampla. Através das observações de um trabalho de campo e de uma entrevista aplicada a um grupo desses trabalhadores, esta dissertação intentou em descrever e analisar o conjunto dessas relações.

Palavras-chave: Setor Informal; informalidade; mercado de trabalho; Sociologia do Trabalho; Brasil.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the commerce situation in the wagons of the train compositions crossing the West Zone of São Paulo Metropolitan Region, foccusing on Line 8 (Diamond), which is a part of CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) structure.

Considering that, a historical contextualization of the phenomenon (informal work) in which my object is inserted was developed. The analysis of the literature addressing the subject as to its concepts, as well as the field observation of the commerce inside the compositions in different days and times, substantiate this study to faithfully describe the informal work carried out, which despite the illegality, represents the subsistence of those individuals.

The relation of those illegal activities and the society in a general perspective was approached, based on the field observations and on the interviews of a selected group of workers. The data collected underlie the description and analysis of the set of relations concerned as the objective aimed to this dissertation.

Keywords: Informal Sector; informality; work Market; Sociology of Work; Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 11

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS, 17

1.1. Setor Informal: definições necessárias, 17

1.2. O Setor Informal e suas diferentes concepções teóricas, 23

1.3. O Setor Informal Brasileiro, 32

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SETOR INFORMAL, 40

2.1. Setor Informal: Do Fordismo/Taylorismo à Acumulação Flexível do Toyotismo, 40

2.2. Evolução Histórica do Setor Informal no Brasil, 46

3. SHOPPINGTREM, 51

Introdução, 51

3.1. Ambulantes e a dicotomia da relação com os usuários e a fiscalização, 54

3.2. Da teoria à prática: relatos de um dia de trabalho no trem, 59

3.3. Conversa com os ambulantes e a dura batalha pela subsistência, 64

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 70

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 73

INTRODUÇÃO

Esta presente dissertação tem como objetivo desenvolver uma análise sociológica do trabalho de vendedores ambulantes que atuam no interior das composições ferroviária da linha 8 – diamante da CPTM, tendo como partida a estação Júlio Prestes e como destino o município de Itapevi, passando por parte da zona Oeste da capital e pelos municípios de Osasco, Carapicuíba, Barueri e Jandira. Por se tratar de um dos segmentos do mercado de trabalho denominado informal¹, ao longo deste estudo, o Setor Informal da Economia será visitado de forma ampla.

No que tange o estudo do Setor Informal, as Ciências Sociais já vêm desenvolvendo trabalhos sobre esse tema ao longo de muito tempo. Um deles é o da dissertação do antropólogo Frúgoli Júnior sobre os trabalhadores informais do Largo da Concórdia, na cidade de São Paulo, que realiza uma ampla etnografia a fim de analisar os atores sociais que ali vivem, trabalham ou simplesmente passam o tempo. Naquele grupo, o autor identificou uma

“(...) sólida rede de trabalho informal em torno de um ‘dono do largo’, com ‘empregados’, ‘autônomos’ e até ‘gerentes de quarteirão’, numa nítida organização identificada por algum deles como ‘pequena empresa’.” (FRÚGOLI JR.,1995).

Nessa rede, a ‘pequena empresa’ controla um conjunto de caixas de engraxate espalhado ao longo de dois quarteirões do Largo da Concórdia; há um chefe, Baiano que, por sua vez, dividiu os quarteirões com dois ‘gerentes’ que fiscalizam a atuação de seus ‘empregados’, trabalhadores fixos ou temporários. A dissertação de Frúgoli representa um ponto de apoio à nossa pesquisa tanto da perspectiva metodológica, quanto dos subsídios para o estudo analítico.

Assim sendo, no capítulo 1 deste trabalho, abordei a conceituação do Setor Informal bem como a justificção teórica do meu objeto de pesquisa. Na sequência desta dissertação, me faço valer dos trabalhos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) bem como textos de pesquisadores brasileiros do setor para consolidar a fundamentação teórica e como

¹Ao longo dessa dissertação utilizarei o termo “Setor Informal” ao tratar desse segmento da economia capitalista.

base de dados estatísticos para relatar a atual situação do Setor Informal do Brasil, especificamente, da Região Metropolitana de São Paulo. Ainda nesse capítulo, é utilizado como referencial teórico em relação às origens do Setor Informal, tanto em nível mundial quanto nacional. Para tanto, utilizei como base os trabalhos de diversos autores brasileiros e estrangeiros que, ao longo das últimas décadas, empenharam-se na árdua tarefa de conceituar esse tema tão abrangente. Finalizando esse capítulo, concluo com uma análise das características atuais do Setor Informal, nos níveis nacional e internacional.

No capítulo 2, realizei a contextualização histórica do Setor Informal. Contextualização, que abrange desde sua origem no século XIX nos países industrializados até o século XX no seio da economia brasileira. Também trabalhei nesse capítulo como o Setor Informal foi modificando-se ao longo da história. Iniciando com a consolidação do modelo fordista/taylorista da Segunda Revolução Industrial entre o fim do século XIX e início do século XX, passando pelo cenário de crise econômica no período entreguerras e pujança dos 30 Gloriosos Anos do Capitalismo. Continuo descrevendo o declínio deste modelo e a ascensão do modelo toyotista com a consolidação do processo de Acumulação Flexível.

Por fim, no terceiro e último capítulo, descrevi a atuação dos ambulantes que trabalham como vendedores no interior das composições da Linha 8 (Diamante) da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). Nesta descrição, trabalhei com o *modus operandi* destes ambulantes, desde a aquisição das mercadorias até a ação de venda no interior dos trens. Fiz uso da observação participante e realizei entrevistas semiestruturadas como ferramentas metodológicas.

Desde os tempos em que trabalhava como *office-boy*, na segunda metade da década de 1990, em uma grande empresa multinacional do setor energético em Osasco, minha cidade natal, atravessava a Região Metropolitana de São Paulo para executar meu serviço. Nessas andanças, diariamente viajava no trem (antiga Linha Oeste, atual Linha Diamante da CPTM) que liga Osasco à Linha 3 – Vermelha do Metrô e sempre me fascinava o nível de organização dos trabalhadores informais que atuavam no interior dessa linha.

Após ingressar no curso de graduação em Ciências Sociais no campus de Araraquara da Universidade Estadual Paulista (UNESP), fui obrigado a mudar-me para essa aprazível cidade a fim de ter maior proveito nos estudos. Durante o período em que morei nessa cidade do interior, entre os anos de 1998 a 2003, quinzenalmente voltava a Osasco para visitar minha família e, conseqüentemente, voltava a utilizar os serviços da linha da CPTM supracitados.

Em certa ocasião, em uma viagem neste já famoso trem, estava lendo um dos livros indicados pelo meu orientador à época, o Prof. Dr. Heitor Frúgoli Júnior, cujo título está elencado nas referências bibliográficas deste projeto de pesquisa: *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, publicado em 1994. Enquanto estava totalmente envolvido com a leitura do livro durante a viagem, os trabalhadores anunciavam seus produtos dentro do vagão. Foi então que este projeto de pesquisa me veio à mente, haja vista que esses trabalhadores se apropriaram do trem (não-lugar, por excelência), desse modo constituindo, para eles, um lugar, um seu lugar.

Assim, dado o fato de que os trabalhadores do setor informal da economia representavam quase a metade das pessoas ocupadas na Região Metropolitana da Grande São Paulo em 1998 (DOMBROWSKI, JAKOBSEN, MARTINS, 2000) resolvi estudar esse estrato social, especificamente o caso dos que trabalhavam no interior da Linha 8 (Diamante) da CPTM. Como o próprio nome anuncia, são trabalhadores que estão atuando na informalidade sem direito a qualquer tipo de benefício trabalhista. Os mecanismos que criaram para sobreviver no mercado de trabalho representam uma fonte repleta de objetos de estudo para o cientista social. Os trabalhadores informais dos trens metropolitanos têm seus próprios meios de organização, que diferem dos utilizados pelos trabalhadores informais convencionais que trabalham nas ruas e logradouros públicos; constituem parcela considerável do número total dos trabalhadores informais da Região Metropolitana de São Paulo.

Eles não possuem qualquer tipo de experiência em relação à organização do trabalho (cooperativas, por exemplo) e os trabalhos científicos que já foram apresentados sobre esse tema ainda não contemplaram toda a dinâmica dessa estrato social que existe em um pedaço pequeno e móvel do espaço urbano.

Esta dissertação abordou o *modus operandi* do comércio ambulante realizado no interior dos trens da CPTM, desde a aquisição da mercadoria até a venda dentro dos vagões para o usuário desse meio de transporte.

Nossa preocupação particular é com os mecanismos que esse tipo de atividade utiliza em seu cotidiano como condição *sine qua non* para a sua subsistência; intentei traçar uma análise acerca das relações sociais do “grupo” de trabalhadores informais que atuam no interior das composições da linha 8 – diamante da CPTM. Este presente trabalho pretende descobrir: a) a origem desse tipo de comércio informal; b) os expedientes que utilizam para exercer sua atividade, dado o fato de que é considerada ilegal², portanto, sujeita à repressão das autoridades fiscais e policiais; c) como se dá a relação entre esses trabalhadores, o poder público (administrador da linha dos trens) e a sociedade (usuária do trem), sendo essas as questões específicas da presente dissertação.

A hipótese que primeiramente levantei para responder a essas inquietações é a da existência de uma hierarquia, com um “chefe” responsável pela administração do empreendimento ilegal e eventualmente pela distribuição das mercadorias entre os comerciantes informais, ou seja, é ele quem determina quem vai vender e o quê e quanto será vendido. É esse “chefe” que, supostamente, também estabelece as relações com o poder público administrador das linhas (CPTM e Polícia Ferroviária), estabelecendo relações de cumplicidade com os seguranças contratados pela companhia de trens. Entretanto, ao se passar mais de uma década do meu primeiro estudo, a dinâmica social do país passou por grandes transformações. Ao longo da primeira década do século XXI e na primeira metade da década subsequente, presenciamos uma ascensão socioeconômica do estrato social no qual o grupo estudado está inserido. Essa ascensão permitiu o acesso ao trabalho formal por parte de uma significativa parcela da população brasileira que, até então, sempre permaneceu à margem desse tipo de trabalho. Durante esse período, o esquema de organização levantado passou por uma transformação. O aumento da fiscalização, o fato da linha ser utilizada como extensão do metrô no acesso ao centro da cidade e o aumento do acesso ao trabalho formal proporcionado pela situação econômica, diminuiriam significativamente o número de trabalhadores no interior das composições da linha 8 da CPTM.

Contudo, o aumento do desemprego verificado nos três semestres anteriores à essa pesquisa³, fez com que o trem voltasse a ser um meio de sobrevivência de

² Decreto nº 1832, de 4 de março de 1996.

³ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm
Acesso em jun. 2017.

fácil acesso. Assim sendo, verificou-se um significativo aumento no número de pessoas utilizando o trem como fonte de renda. Segundo os relatos colhidos, no atual momento o acesso à venda de mercadorias no trem independe de qualquer negociação com um chefe do esquema. O interessado precisa dispor de uma baixa quantia em dinheiro para iniciar sua atividade e inserir-se no interior das composições para oferecer seu produto aos usuários. Por fim, a hipótese levantada para a retomada do crescimento dessa atividade está relacionada com a necessidade imposta pelo aumento do desemprego que atingiu os estratos de menor poder aquisitivo da nossa sociedade.

O trabalho de pesquisa foi realizado a partir de um trabalho de campo que implicou a observação atenta da atuação dos trabalhadores no interior dos trens, para seleção posterior de alguns agentes envolvidos (trabalhadores, seguranças e público usuário) que, num segundo momento, foram abordados por meio da técnica da entrevista. Foram entrevistados os componentes da rede aqui mencionados: os trabalhadores comerciantes informais, os guardas de segurança da CPTM e usuários rotineiros dos trens.

O instrumento usado foi a entrevista semiestruturada da qual constaram questões objetivas e questões abertas, permitindo, assim, a extração do perfil socioeconômico dos entrevistados. Para a organização do trabalho de campo, me fiz valer das formulações de Bleger sobre o trabalho com grupos e a preparação do campo de pesquisa.

Para análise do material coletado, explorei um conjunto de textos da literatura antropológica e sociológica, preponderando estudos etnográficos e trabalhos de campo nas áreas de Antropologia e Sociologia urbanas existentes. Nessas áreas do saber, nosso levantamento bibliográfico identificou e utilizará pelo menos dois importantes pesquisadores de temas correlacionados ao nosso, ambos citados nas referências bibliográficas: Frúgoli Jr. e Magnani, professores da área de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo.

Para a fundamentação da problemática do Setor Informal, os principais trabalhos foram o da professora Maria Cristina Cacciamali, da Universidade de São Paulo e da professora Leslie Denise Beloque, da Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo. Com relação à pesquisa de dados sobre o setor, as páginas eletrônicas de organismos de pesquisa oficiais como a Fundação SEADE, o IBGE e OIT⁴ serão nossas fontes mais importantes.

Tratou-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, baseada em fontes primárias, para a coleta de dados com os próprios envolvidos no nosso objeto de pesquisa e fontes secundárias, para as análises estatísticas.

⁴ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

1.1. Setor Informal: definições necessárias.

Dentre as diversas possibilidades de definição do Setor Informal, utilizo as definições realizadas por instituições governamentais brasileiras, a saber, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), além da mais importante instituição do mundo do trabalho; a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além destas fontes citadas, trabalho com a conceituação determinada por autores em seus trabalhos científicos acerca do tema.

Os esforços empreendidos pela OIT no sentido de tornar universal o acesso ao trabalho decente⁵, desde sua fundação em 1919 com a primeira Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, geraram uma série de convenções e recomendações no sentido de criar normas internacionais para o trabalho decente.

Em 1944, com a ratificação da Declaração da Filadélfia onde, segundo esse documento, todo ser humano deve possuir o direito de viver em liberdade, dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades, a presença de trabalhadores sem acesso a nenhuma proteção legal, os torna especialmente vulneráveis, serviu pra constituir os princípios básicos da atuação da OIT, ou seja:

- “a) o trabalho não é uma mercadoria;
- b) a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável a um progresso ininterrupto;
- c) a penúria, seja onde for, constitui um perigo para a prosperidade geral;
- d) a luta contra a carência, em qualquer nação, deve ser conduzida com infatigável energia, e por um esforço internacional contínuo e conjugado, no qual os representantes dos empregadores e dos empregados discutam, em igualdade, com os dos Governos, e tomem com eles decisões de caráter democrático, visando o bem comum.” (OIT, [201-?]).

⁵ O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente> Acesso em jun.2017.

Especificamente, o termo Setor Informal foi primeiramente utilizado pela OIT nos trabalhos do Programa Mundial de Emprego de 1972, no interior dos relatórios sobre o setor nos países Gana e Quênia. Num estudo para mapear a questão do emprego e desemprego em países subdesenvolvidos, acabou-se por constatar que, nesses países, o problema maior não era o desemprego mas a presença de um grande contingente de trabalhadores que atuavam à margem de qualquer tipo de proteção, registro ou regulamentação vindos do Estado.

Segundo a 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (CIET), promovida pela OIT em 1993, ficou determinado que o Setor Informal é caracterizado como um conjunto de unidades empenhadas na produção de bens ou serviços, tendo como principal objetivo a criação de empregos e de rendimentos para as pessoas nelas envolvidas. Estas unidades funcionam normalmente com um fraco ou nenhum nível de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital e operam em escala reduzida. As relações de trabalho - quando existem - baseiam-se a maior parte das vezes no emprego ocasional, no parentesco, e nas relações pessoais e sociais, mais do que em acordos contratuais verificados nos setores da economia formal.

As unidades de produção do Setor Informal possuem características bem semelhantes das encontradas em empresas individuais ou familiares. Os capitais utilizados não pertencem às unidades de produção mas aos seus proprietários. Estas unidades não conseguem realizar transações ou estabelecer contratos com outras empresas formais. Os trabalhadores têm de promover os financiamentos necessários por sua conta e risco⁶ e são pessoalmente responsáveis por todas as dívidas ou obrigações que surjam no processo. As despesas de produção são muitas vezes difíceis de distinguir das despesas familiares. Da mesma forma, determinados meios de produção, como algum veículo, por exemplo, são indistintamente utilizados nos âmbitos das pessoas física e jurídica.

Beloque, *apud* Cacciamali, estabelece as características do Setor Informal como sendo as seguintes:

“a) o produtor direto é o proprietário dos instrumentos de trabalho e do estoque de bens para a realização de seu trabalho;

⁶ Nesse caso, o acesso ao financiamento ocorre através da agiotagem, com juros bem acima dos praticados no mercado e com métodos de cobrança um tanto quanto ortodoxos.

- b) emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes 'como extensão do seu próprio trabalho'. Participa diretamente da produção e combina essa atividade com a de gestão;
- c) o montante de dinheiro recebido pela venda de seus produtos ou serviços é utilizado para o consumo individual e familiar, assim como para a manutenção da atividade econômica. E acrescenta a autora, 'mesmo que o indivíduo aplique seu dinheiro com o sentido de acumular, a forma como se organiza a produção, com apoio no próprio trabalho, em geral, não lhe permite tal acumulação';
- d) a atividade não é dirigida por uma taxa de retorno competitiva, mas pelo fluxo de renda que gera, da qual, inclusive, são retirados os salários dos eventuais ajudantes;
- e) nessa forma de organização da produção 'não existe vínculo impessoal e meramente de mercado entre os que trabalham', em razão da presença da 'mão-de-obra familiar';
- f) mesmo que o 'trabalho seja fragmentado em tarefas' não impede o trabalhador 'aprender todo o processo que origina o produto ou serviço final';
- g) e, por fim, para esses trabalhadores por conta própria 'a propriedade dos instrumentos de trabalho, o conhecimento e controle do processo de trabalho, a habilidade para a sua realização e a apropriação do produto lhes conferem maior domínio sobre o exercício de trabalho quando comparados à massa de assalariados em relação a seus postos de trabalho'. Contudo, segundo a autora, 'o espaço econômico ocupado, a necessidade de adaptar-se, em geral, ao nível de (sic) produtividade média social, o tempo trabalhado, bem como as relações de mercado refletem a subordinação das condições de trabalho e dos níveis de renda desses produtores às formas de organização capitalista.'" (BELOQUE, 2007 p. 34-35).

As atividades econômicas realizadas dentro do Setor Informal não são necessariamente realizadas com a intenção deliberada de evasão fiscal e de não pagamento das contribuições à seguridade social, ou de infração à legislação trabalhista ou de qualquer outra legislação. Conseqüentemente, o conceito de atividades do Setor Informal deverá diferenciar-se do conceito das atividades da economia subterrânea⁷.

Ainda segundo a 15ª CIET, dentro das atividades abrangidas pelo Setor Informal, existem as empresas informais de pessoas que trabalham por conta própria, que pertencem e são geridas por trabalhadores por conta própria, isolados ou em associação com membros do mesmo agregado familiar ou de outros, que podem empregar trabalhadores familiares colaborando na empresa familiar e trabalhadores ocasionais. Por razões operacionais, as empresas informais de

⁷ São determinadas como atividades de economia subterrânea aquelas que não fazem parte do aparelho legal e nacional de classificação das ocupações, sendo que, por essa razão, as mesmas, oficialmente, não existem. As atividades e os atos de economia subterrânea estão sobretudo relacionadas com situações ilícitas.

peças que trabalham por conta própria podem englobar, dependendo das circunstâncias, todas as empresas por conta própria, ou só as que não estão registradas de acordo com as normas específicas da legislação nacional⁸.

Seguindo as definições acerca do tema dadas pela 15ª CIET de 1993, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no intuito de mapear a real situação do Setor Informal no interior dos centros urbanos brasileiros realizou, na década de 1990, um extenso trabalho denominado de ECINF (pesquisa da Economia Informal Urbana), cujos objetivos são, fundamentalmente, os de produzir informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país. (IBGE, 2005).

Assim sendo, em virtude da complexidade existente no Setor Informal no meio urbano brasileiro, a ECINF determinou as seguintes considerações acerca do tema:

- para delimitar o âmbito do setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica - entendida como unidade de produção - e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção;
- embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e
- que a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.” (IBGE, 2005 p. 16).

⁸ Mais recentemente, com a criação do MEI (Micro Empreendedor Individual), essa categoria de trabalhadores por conta própria adquiriu um grande avanço no sentido de inserção no mundo do trabalho e economia formais.

Na ECINF, por opção relacionada à operacionalização da pesquisa, a ECINF não incluiu em seus trabalhos as atividades não agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais, a “população de rua” e os trabalhadores domésticos, mesmo essas categorias pertencendo ao universo da pesquisa. Ainda, a ECINF considerou como pertencendo ao Setor Informal, “(...) todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.” (IBGE, 2005 p.17).

A única ressalva desse trabalho em relação às definições da ECINF sobre o Setor Informal diz respeito à definição de que o principal objetivo das unidades econômicas do Setor Informal é de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas. Essa dissertação entende emprego como sendo pertencente ao Setor Formal, ou seja, o trabalho de carteira assinada, possuidor de todos os benefícios da CLT.

Segundo a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) realizada pela fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), o conceito trabalhado não é o do Setor Informal. Ele está descrito através de outra conceituação, a de Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário, como sendo:

“(...) pessoas que realizam algum trabalho remunerado eventual de auto-ocupação, ou seja, sem qualquer perspectiva de continuidade e previsibilidade, ou realizam trabalho não remunerado em ajuda de negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás.” (SEADE, 2017)

A PED, nesse caso, não trabalha diretamente o Setor Informal mas inclui os trabalhadores desse setor dentro de um segmento específico da massa de desempregados. Além disso, se faz valer de um conceito equivocado, o da auto-ocupação. Equivocado, pois o conceito de ocupação remete ao conceito de emprego. No mundo do trabalho, o emprego (nesse caso, a ocupação) existe em função de uma relação entre o empregado e o empregador e, a partir do momento que é uma relação, a condição de existência é a de dois atores. Nesse caso, o empregado e o empregador. Assim sendo, o mesmo ator (o trabalhador informal) ocuparia os dois papéis, o de empregado e empregador, situação impossível de acontecer.

O conjunto de trabalhadores do Setor Informal está dividido entre as seguintes categorias: assalariados sem carteira assinada em empresas com até cinco empregados, ou seja, é o trabalhador que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada; assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados (mesma definição do anterior); empregadores em empresas com até cinco empregados, sendo a pessoa proprietária de um negócio e/ou empresa ou que exerce uma profissão ou ofício e tem normalmente um ou mais empregados assalariados, contratado(s) de forma permanente; donos de negócio familiar são os donos de um negócio ou de uma empresa de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes e que nunca trabalham sozinhos; autônomo ou por conta própria (que trabalham para o público e/ou que trabalham para empresas), sendo aquela pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício e presta seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s); empregados domésticos considerado o indivíduo que trabalha em casa de família, contratado para realizar serviços domésticos podendo ser mensalista ou diarista e por fim, os trabalhadores familiares, sem carteira assinada, pessoas que exercem uma atividade econômica em negócios ou no trabalho de parentes sem receber um salário como contrapartida, podendo, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada). (DOMBROWSKI; JAKOBSEN; MARTINS, 2000 p. 08)

Entre essas categorias, a que se utiliza nesta dissertação é a de “autônomo que trabalha para o público”, definido como aquela

“(...) pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s) ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e eventualmente tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta seus serviços diretamente para o consumidor, sem usar a intermediação de uma empresa ou pessoa.” (DOMBROWSKI; JAKOBSEN; MARTINS, 2000 p.08)

E, mesmo dentro dessa categoria, há uma diversidade de atividades, como a dos vendedores em semáforos, os que têm pontos comerciais fixos (barracas) em determinados logradouros públicos e os que são vendedores ambulantes dentro dos vagões de trem.

1.2. O Setor Informal e suas diferentes concepções teóricas.

Para uma justificação teórica do Setor Informal se faz necessária a análise do processo de consolidação do que consideramos Setor Formal. Este passa ser efetivo a partir do conjunto de intervenções sociais por parte da classe trabalhadora europeia ao longo do século XIX. Com as conquistas advindas dessas manifestações, surgem as consolidações das leis trabalhistas. Assim sendo, cria-se a regulamentação da relação capital-trabalho na distribuição da força de trabalho entre os processos de produção, surgindo, assim, um mercado de trabalho onde a mercadoria força de trabalho é gerada através da transformação da força de trabalho em mercadoria. A existência desse mercado de trabalho se dá a partir do momento em que o trabalhador é “livre” e criado para uma dupla necessidade: primeiro, para a alocação dos indivíduos necessários para a realização da produção e, por outro lado, garantir, através do salário gerado pela venda da força de trabalho, a venda das mercadorias produzidas. Offe nos dá a dimensão da implementação do mercado de trabalho ao citar Marx e Weber:

“(...) Um mercado de trabalho livre existe quando e somente quando os trabalhadores (seguindo a conhecida frase de Marx) são livres no duplo sentido, ou seja, 'como pessoas livres, podem dispor de sua força de trabalho como mercadoria própria' e 'são desprovidos de tudo o mais necessário à realização de sua força de trabalho'. Um mercado de trabalho pressupõe a ausência de propriedade em dois sentidos: o trabalhador não pode estar vinculado a um proprietário como um material componente da produção, nem pode controlar propriedade e, portanto, suas próprias chances de garantir uma existência fora do mercado de trabalho. O trabalhador não pode ser propriedade de alguém nem *possuir* propriedade.” (OFFE, 1984 p. 72)

Nas sociedades tradicionais, o trabalho gerava a certeza da subsistência enquanto que, com o advento do mercado de trabalho, essa certeza deu lugar a uma incerteza recorrentemente elevada pois, assim como existe a relação entre mercadoria e dinheiro, o mercado de trabalho “(...) Como uma relação mercadoria-dinheiro ele é, como qualquer mercado, caracterizado por dois fluxos opostos: as famílias fornecem trabalho produtivo às empresas (fluxo 'real') e obtêm delas renda monetária (fluxo 'monetário').” (OFFE, 1984 p. 74)

Ou seja, a subsistência garantida a partir do momento em que a força de trabalho (que também era garantido exceto em casos de invalidez) era realizado deixa de existir quando a força de trabalho é transformada em mercadoria e passa a ser regulada pelas relações de mercado e demandada pelas empresas através de decisões individuais em resposta aos preços dessa mercadoria.

Partindo do pressuposto acima, a análise do mercado de trabalho não pode ser feita com base nos modelos clássicos das regras de circulação de mercadorias. Segundo Offe, isso não é recomendado em função de três motivos: i) das características específicas da natureza das mercadorias trocadas no mercado de trabalho; ii) das estratégias empreendidas pelos agentes no mercado de trabalho e pelo Estado e, iii) pelas mudanças acumuladas historicamente nos parâmetros econômicos, políticos e culturais da “sociedade centrada no trabalho”. (OFFE, 1984 p. 75-76)

A força de trabalho enquanto mercadoria não pode ser considerada como mercadoria pois, diferentemente de todas as demais produzidas propositadamente para a venda, a força de trabalho é gerada no seio das famílias e, assim sendo, a força de trabalho não pode ser considerada como uma mercadoria genuína mas, sim, uma mercadoria fictícia, ou *sui generis*. Outro fator que determina a força de trabalho como mercadoria fictícia consiste no fato de ela possuir uma grande variabilidade e flexibilidade, ou seja, o preço pago não é determinado fixamente em função dos elementos levados em consideração para a estipulação dos preços da mercadoria genuína (matéria prima, energia, etc.), pois:

“O contrato de trabalho é claramente determinado apenas em relação à remuneração, enquanto as especificações das tarefas concretas – circunstâncias do esforço do trabalhador, intensidade do trabalho, etc. - permanecem relativamente indefinidas. Essa lacuna de indeterminação é preenchida na empresa através da autoridade administrativa ('comando da mão-de-obra').” (OFFE, 1984 p. 77)

A força de trabalho enquanto mercadoria fictícia não é dissociada de seu proprietário e, conseqüentemente, o seu comprador não poderá exercer total controle sobre ela, o que significa que depende de sua vontade para valorizar seu capital. (OFFE, 1984 p. 78)

Ainda segundo Offe, como a estrutura capitalista de alocação da força de trabalho através do mercado de trabalho possui seus limites⁹, a própria estrutura acabou por criar formas de atividades externas ao mercado de trabalho a fim de suprir a subsistência da parcela da mão-de-obra não alocada no mercado de trabalho. Assim sendo, Offe trabalha o surgimento do Setor Informal concomitantemente com o surgimento do Setor Formal.

Continuando com as contribuições sobre o conceito de “mercado de trabalho”, e do trabalho como uma mercadoria *sui generis*, Beloque corrobora determinando que “(...) o que de fato existe é um mercado de força de trabalho e não um ‘mercado de trabalho.’” (BELOQUE, 2007 p.25). Pois, nesse sentido, segundo a autora, a constituição de um “mercado de trabalho” necessita do trabalho para que esse possa “ser vendido no mercado como uma mercadoria”. Assim sendo, para que isso ocorra, “o trabalho teria que ter materialidade fora do corpo do trabalhador”. Nesse caso, isso seria impossível pois a autora, citando Marx, explica que “ao começar a realizar seu trabalho, já deixa este de pertencer-lhe, não sendo mais possível vendê-lo.”. Com isso, Beloque afirma que o que existe “(...) é um mercado de força de trabalho e não um ‘mercado de trabalho.’” E confirma a ideia da relação concomitante entre os setores formal e informal da economia. (BELOQUE, 2007 p.25).

Karl Marx já nos dava provas da fundamental coexistência entre os Setores Formal e Informal, quando descreve as três formas da superpopulação relativa:

“A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente. Abstraindo as grandes formas, periodicamente repetidas, que a mudança das fases do ciclo industrial lhe imprime, de modo que ora aparece agudamente nas crises, ora cronicamente nas épocas de negócios fracos, ela possui continuamente três formas: líquida, latente e estagnada.” (MARX, 2013)

Assim sendo, desde os primórdios da consolidação do capitalismo como modo de produção dominante, especialmente a partir da sua segunda fase (industrial monopolista), o Setor Informal sempre existiu e, enquanto o capitalismo existir – seja como modo de produção dominante, único e com qualquer

⁹ Esses limites referem-se à impossibilidade do capitalismo de gerar o pleno emprego. O pleno emprego se viu insustentável no longo prazo, como o exemplo da crise do modelo keynesiano após os Trinta Gloriosos Anos.

característica – o Setor Informal continuará existindo. Quando Marx refere-se às três formas de superpopulação relativa, magistralmente já inicia – mesmo que sem especificamente utilizar o termo – a conceituação do que hoje denominamos Setor Informal da economia.

Por superpopulação relativa na forma líquida (ou flutuante), Marx refere-se à necessidade do capital de dispor de mão-de-obra que não se encontra empregada, fazendo com que o fluxo contínuo de demissões e admissões contribuam, através da estabilidade dos salários, para a reprodução do capital. É considerada flutuante por estar sempre transitando entre emprego e desemprego conforme exista a necessidade de contratação – ou não – e em função de expansão e retração da produção.

Por volta da metade do século XIX, quando o processo de Revolução Industrial estava a pleno vapor, verificou-se a extensão do domínio das relações de produção do setor urbano-industrial para as atividades econômicas do meio rural. Como consequência, a população rural passa a decrescer, fruto da migração para os centros urbanos seja pela repulsão que as relações de produção capitalista passa a exercer sobre esse trabalhador, seja pela atração que o meio urbano passa a exercer com a franca expansão das atividades da economia urbano-industrial. Essa massa de trabalhadores que migravam do meio rural para o meio urbano, Marx denominou superpopulação relativa em sua forma latente.

Por fim, a última forma de superpopulação relativa (e a que é utilizada como uma das principais bases de conceituação do Setor Informal), é a estagnada. Ela é composta pela ocupação irregular de parte do exército ativo de trabalhadores. Por ocupação irregular, a principal forma de trabalho encontrada por Marx à época, foi daqueles que estão na condição de trabalho domiciliar, retomando a ideia de que o Setor Informal sempre existiu e sempre existirá enquanto houver capitalismo. Na descrição sobre a categoria estagnada da superpopulação relativa, Marx a confirma pois:

“(...) ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário. (...) Ela recruta continuamente trabalhadores entre os supranumerários da grande indústria e da agricultura e

especialmente também de ramos industriais decadentes, em que, a produção artesanal é superada pela manufatura, e esta última pela indústria mecanizada.” (MARX, 2013)

Assim sendo, a partir dessa determinação, podemos afirmar que o Setor Informal é inerente ao capitalismo, principalmente na consolidação da sua fase urbano-industrial por servir de alicerce para a acumulação pois, segundo Marx, a sua ampliação se dá concomitantemente com a ampliação do capital. Nesse sentido, o Setor Informal não aparece em oposição ao Setor Formal, uma oposição entre trabalhadores marginalizados e assalariados, mas como integrado e formador de uma lógica estrutural do capitalista que:

(...) reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir, recria as modalidades produtivas 'arcaicas' (principalmente o artesanato e a indústria à domicílio), criando também 'novas' formas 'tradicionais' na divisão social do trabalho (notadamente o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados aos serviços de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, empregos domésticos, bem como um conjunto variado de atividades mal definidas cujo executor pode ser designado como 'tarefeiro'). Estes tipos de trabalho não são apenas constantemente fecundados pelo sistema capitalista como também estão a ele estruturalmente articulados. (KOWARICK, 1985)

Com o desenvolvimento do capitalismo desde a época em que Marx nos presenteou com *O Capital* e com o conseqüente acompanhamento dessa evolução do Setor Informal, este passa a ser determinado como tal em oposição ao Setor Formal, após o gradual surgimento de leis de proteção ao trabalho nos países industrializados à época, principalmente após a derrocada do Liberalismo através do *crack* da Bolsa de Nova York em 1929, e a materialização do modelo keynesiano com a implementação do Estado de Bem-Estar Social no pós-Guerra.

O período no qual o Estado de Bem-Estar Social manteve-se como uma espécie de armadura do capitalismo ante a principal ameaça do regime socialista (a suposta igualdade social) fez com que os Estados das potências ocidentais dispendessem quantias monetárias cada vez maiores para garantir a seguridade social. Somam-se a isso as transferências das unidades produtivas para os países subdesenvolvidos e das sedes das empresas para países com legislações fiscais brandas ou inexistentes, denominados de paraísos fiscais. Com isso, a estrutura fiscal desses Estados torna-se cada vez mais complexa e onerosa aos setores

produtivos. Conseqüentemente, uma das alternativas das empresas era a de recorrer ao Setor Informal no intuito de diminuir essa oneração. Aqui verifica-se uma situação que, a princípio, cai em contradição com a ideia de que, com crescimento econômico e conseqüente crescimento na geração de empregos, naturalmente ocorre a diminuição das demandas aos diversos setores da economia informal. (HARVEY, 2014 e MATTOSO, 1995)

Enquanto o capitalismo experimentava o auge do seu crescimento durante o período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e a metade da década de 1970, o Setor Informal não gerava preocupação, haja vista que nas economias dos países industrializados era verificado um cenário de pleno emprego (nesse caso, até benéfico, como agente de regulação dos valores dos salários – lembremo-nos de Marx). Foi a partir da crise econômica mundial da década de 1970 e dos estudos da OIT na África à mesma época, que o Setor Informal passou a um aumento significativo enquanto objeto de estudo da academia, mais precisamente, das Ciências Econômicas e Sociais.

A década de 1970 foi um período essencial na análise do objeto deste trabalho haja visto que, como já citado, foi nele que o mundo do trabalho passa do modelo fordista/taylorista para o já consolidado modelo de acumulação flexível. Soma-se a isso o fato de o Setor Informal sempre ter sido compreendido como um mercado não oficializado e carente de dados que permitisse uma produção teórica fidedigna acerca desse setor. Até então, via de regra a análise do Setor Informal estava baseada na forma como as pessoas ou empresas desse setor estavam posicionadas em relação ao conjunto das atividades produtivas, ou seja, em oposição ao emprego do Setor Formal por se caracterizar pelo emprego de técnicas de trabalho de baixa intensidade, baixo volume de capital e um pequeno número de trabalhadores¹⁰. Assim sendo, era consensual que, sob esta óptica, o Setor Informal tenderia a diminuir (e até desaparecer) à medida que o crescimento econômico crescesse e fosse absorvido por todos os estratos da sociedade. (CACCIAMALI, 1982)

No entanto, o Relatório Emprego, Renda e Igualdade: uma estratégia para aumentar a produtividade de emprego no Quênia, publicado em 1972, contrapõe essa ideia. Segundo esse Relatório, a precariedade do Setor Informal existe em

¹⁰ Cabe aqui ressaltar a ausência da carteira de trabalho assinada, isto é, a inexistência do contrato de trabalho formal por não submeter-se à regulamentação legal.

função do preconceito por parte do Estado, cuja óptica ainda está pautada pelo desenvolvimentismo, segundo a qual, a ascensão econômica levará a economia do país a alcançar o status de moderno, deixando de lado as práticas tradicionais eliminando, assim, o Setor Informal. No entanto, as atividades do Setor Informal

“(...) são modernas, criadas pelo próprio processo de desenvolvimento econômico. O padrão de desenvolvimento capitalista e as relações de dependência nos países economicamente atrasados criam desequilíbrios entre geração de empregos, crescimento demográfico, crescimento da população urbana e educação, e entre as aspirações e expectativas de trabalho e a estrutura de renda e oportunidade disponíveis.” (CACCIAMALI, 1982)

Esta dissociação se faz ainda mais necessária se levarmos em consideração o conceito de marginalidade elaborado por Kowarick. Aqui, a produção da marginalidade no seio das economias capitalistas se dá concomitantemente ao desenvolvimento do Setor Formal a partir do momento que este passa a desenvolver-se sob as regras da mais valia relativa. Assim sendo, quando há ganhos de produtividade e nivelamento dos salários, o desemprego tende a aumentar. Soma-se a isso o fato de as economias em desenvolvimento serem mais frágeis no que diz respeito aos momentos de crise do capitalismo internacional, gerando, assim, ainda mais aumento de desemprego. (KOWARICK, 1985)

Como o Setor Informal é caracterizado por agrupar atividades de baixo nível de produtividade e por empresas (quando essas existirem que não é o caso do segmento do objeto desse trabalho) muito pequenas e não organizadas, este setor acaba sendo o destino de trabalhadores de baixa formação, frequentemente o segmento mais afetado pelo aumento do desemprego.

Assim sendo, o vínculo dos trabalhadores do Setor Informal com o Setor Formal se dá de forma subordinada e enquanto agente de reprodução do segundo pelo primeiro. No caso dos vendedores no interior dos trens, por exemplo, todas as mercadorias ofertadas foram produzidas pelo setor formal. A maior parte delas é adquirida pelos trabalhadores em estabelecimentos comerciais formais próximos a algumas estações ao longo do trajeto. Uma menor parte é adquirida de forma ilegal, fruto de carga roubada. Também nesse sentido, boa parte dos vendedores possuem contas correntes em bancos. Nesse sentido, o Setor Informal:

“(...) é considerado como esfera da produção subordinada ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista, logo, à expansão da produção capitalista em níveis nacional e internacional. Tal subordinação se dá em vista de os movimentos de dinâmica capitalista fluírem ao toque das grandes firmas e grupos oligopolistas que, em países economicamente atrasados, encontram-se vinculados ao capital estrangeiro e, em geral, ratificados pelos modelos de desenvolvimentos fomentados pelo Estado. A subordinação reporta-se tanto na ocupação dos espaços econômicos, no acesso a crédito, nas relações de trocas, nos vínculos mais concretos de subcontratação, como na esfera da produção ou circulação. A subordinação dos movimentos das atividades informais aos das formais provoca, constantemente, a destruição e recriação das primeiras.” (CACCIAMALI, 1982)

Enfim, como os trabalhadores estudados por essa dissertação estão inseridos no processo de acumulação capitalista, têm em seu operacional atividades presentes em empresas do Setor Formal, ou seja, uma parte do faturamento de um dia é investido na compra de mercadorias para revenda no dia seguinte. A diferença entre o valor total obtido pela venda das mercadorias e o montante que será investido no dia seguinte para a compra das mercadorias é utilizado para a subsistência.

E quanto ao papel do Estado?¹¹ O que se verifica são ações realizadas por meio de políticas aplicadas visando o vínculo desses trabalhadores à seguridade social, isto é, com um vasto programa de formalização das empresas e trabalhadores, sobretudo visando o pagamento de impostos. Não são ações diretas e específicas ao setor, mas medidas macro que visam o crescimento econômico, gerando empregos e, conseqüentemente, abrindo espaço para a inserção desses trabalhadores no Setor Formal. Um exemplo disso foi a queda do número de trabalhadores no Setor Informal durante os mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, *pari passu* ao aumento nos níveis de emprego no Setor Formal no mesmo período. Enquanto que a relação inversa se viu evidente nos anos do governo Dilma Roussef (Tabela 1).

¹¹ Nesse caso, a análise da ação do Estado ficará restrita ao Brasil.

Tabela 1 – Brasil: Ocupação formal e informal (1993-2013)

Ocupação		Período					Tx. de Crescimento		
		1993	1999	2004	2009	2013	1993-99	2004-13	Total
Formal	Fr. Abs. *	25239,1	27061,1	34558	42818,6	49734,6	7,20%	43,90%	97,10%
	(%)	38	37,9	41	46,3	51,5	-0,1 p.p.	10,5 p.p.	13,5 p.p.
Informal	Fr. Abs. *	41127,3	44431,1	49808,2	49716,4	46856,8	8,00%	-5,90%	13,90%
	(%)	62	62,1	59	53,7	48,5	0,1 p.p	-10,5 p.p	-13,5 p.p
Total	Fr. Abs. *	66366,3	71492,5	84366,2	92535	96591,5	7,70%	14,50%	45,50%
	(%)	100	100	100	100	100	–	–	–

Fonte: VASCONCELOS; TARGINO, 2015

(*) Em mil pessoas

O trabalho no Setor Informal é totalmente individualizado se comparado ao Setor Formal. O trabalhador é possuidor do seu meio de produção, domina a totalidade do processo de trabalho, e tem uma habilidade específica para a realização do trabalho e essa habilidade é utilizada em diferentes situações. No caso dos vendedores no interior das composições dos trens, objeto desse trabalho, as relações pessoais com os outros vendedores, com os usuários e com os agentes de segurança são postas em prática quase sempre. Possuem uma multiplicidade de funções: como não existe uma ordem hierárquica que define quem vende o quê dentro dos vagões, o próprio trabalhador é quem decide o que vender no dia. Conforme o ponto de venda formal escolhido para a aquisição da mercadoria, tem de possuir a habilidade de saber qual mercadoria compensará no dia de trabalho. Uma determinada oferta de ocasião pode render um lucro maior. O clima do dia também influencia nessa escolha. Num dia de sol, bebidas geladas; num dia chuvoso, guarda-chuvas. Por mais que este trabalho foque os vendedores no interior das composições dos trens, essa ideia também é aplicada para todos os segmentos do Setor Informal.

Nesse caso, Beloque, *apud* Souza e Tokman, nos remete à facilidade de entrada no Setor Informal pelo trabalhador. Isso é decorrente tanto de “fatores tecnológicos” quanto da “estrutura de mercado”.

Como já mencionado nessa dissertação, o nível de organização das atividades do Setor Informal é de característica simples e pouco capitalizada,

significando não possuírem distinção entre capital e trabalho, nem possuírem organização jurídica por não conseguirem (por serem muito simples e pequenas) cumprir as obrigações legais de cunho social e trabalhista. É aqui que Beloque nos remete aos “fatores tecnológicos”. (BELOQUE, 2007 p. 26)

Já no que diz respeito à “estrutura de mercado”, Beloque também trabalha com a ideia de que os Setores Formal e Informal participam das mesmas “estruturas de mercado” nos estratos de concorrência perfeita ou da “base da pirâmide de oferta”. Por concorrência perfeita, a autora nos explica como sendo um ambiente onde não existe a possibilidade de nenhum produtor determinar o preço pelo nível de atomização da oferta. Já no caso da base da pirâmide de oferta, a autora determina como sendo as franjas dos mercados oligopólicos concentrados.

Ambas situações são facilmente perceptíveis no caso dos trabalhadores informais que atuam como vendedores no interior das composições dos trens da CPTM pois, no caso da atomização da oferta, como não existe nenhum instrumento de regulamentação do que possa ser comercializado e de quantos podem atuar trabalhando, há uma fragmentação muito grande do que é ofertado, bem como de quem atua ofertando. E no caso da “base da pirâmide de oferta”, no caso do objeto dessa dissertação, o conceito acaba por ser autoexplicativo por possuir uma espécie de reserva de mercado (BELOQUE, 2007 p.26).

1.3. O Setor Informal brasileiro

Os trabalhadores do Setor Informal da economia representavam quase a metade dos trabalhadores ocupados em 1998 (DOMBROWSKI; JAKOBSEN; MARTINS, 2000) e, como o próprio nome diz, estão atuando na informalidade sem direito a qualquer tipo de benefício trabalhista. Os mecanismos que esses trabalhadores criaram para sobreviver no mercado de trabalho são fontes repletas de objetos de estudos para o cientista social. Nesta dissertação trabalhei com uma parte peculiar deste estrato da sociedade que vem crescendo vertiginosamente ao longo dos anos. Os trabalhadores informais do trem metropolitano têm seus próprios meios de organização, que diferem dos trabalhadores informais convencionais – que trabalham nas ruas e logradouros públicos – e detêm uma parcela considerável do número total dos trabalhadores informais da região metropolitana de São Paulo.

Para um melhor entendimento em relação à atual situação do Setor Informal no Brasil, se faz necessário um resgate histórico-econômico desse setor¹². A década de 1990 é particularmente essencial para a análise da evolução recente do Setor Informal, pois:

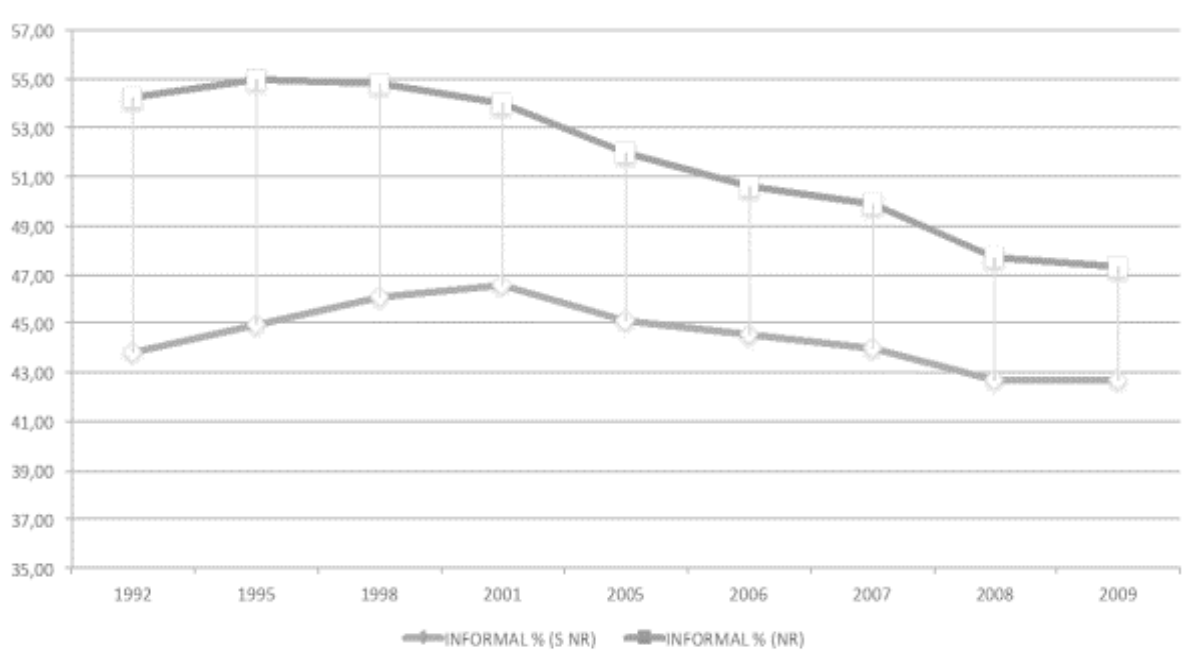
“(...) o Brasil caminhou para uma economia aberta, com redução da proteção comercial e liberalização dos fluxos de capitais, redução da presença do Estado como produtor de bens e serviços, através do processo de privatização, culminando com um programa de estabilização baseado em uma âncora cambial e respaldado pela abertura comercial e financeira.” (CAMARGO; NERIS; REIS, 2000)

Nos primeiros anos, entre 1991 e 1993, estas mudanças geraram recessão econômica, com redução da atividade industrial e, conseqüentemente, aumento das taxas de desemprego. Foi somente em julho de 1994, com o advento do Plano Real e a estabilização da inflação, que a economia brasileira volta a apresentar crescimento. Após três anos de crescimento econômico, a crise asiática volta a complicar o crescimento econômico brasileiro. Essa volatilidade no crescimento da economia do Brasil trouxe reflexos importantes para o mercado de trabalho nacional. A terciarização da economia fez com que somente uma parte da mão-de-obra fosse realocada da indústria para o comércio e serviços. Uma parcela significativa da mão-de-obra acabou por se alocar no Setor Informal, conforme os dados da Gráfico 1 e Tabela 2.

Citando Pochman, Beloque nos dá uma visão mais ampla desse contexto quando:

“(...) ‘o movimento de globalização econômica, especialmente mais intenso na órbita financeira’, tem levado, segundo o autor, a uma tendência de privilegiar a valorização financeira do capital em detrimento dos investimentos produtivos, enfraquecendo ainda mais o ritmo de crescimento das economias. Essa tendência é acentuada pelo processo de reestruturação produtiva de organizações empresariais que introduzem inovações tecnológicas produtivas, sobretudo por meio da microeletrônica, assim como inovações organizacionais. Esse processo provocou não só um enorme desemprego, mas também a redução da oferta de emprego no setor industrial em razão do aumento do dinamismo do setor terciário.” (BELOQUE, 2007 p.39)

¹² O completo resgate histórico do Setor Informal brasileiro será abordado no capítulo 2 dessa dissertação.

Gráfico 1 – Evolução do trabalho informal – Brasil – 1992/2009.

Fonte: PNAD/IBGE in GIVISIEZ; OLIVEIRA; SARDENBERG, 2012.

Como pode-se observar, entre os anos de 1992 e 1995, o crescimento do trabalho informal ainda é reflexo das políticas econômicas iniciadas pelo governo Fernando Collor (1990-1992), continuadas pelo governo Itamar Franco (1992-1994) e concluídas pelos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)¹³. Com a diferença que nos primeiros anos do Plano Real, a partir de julho de 1994¹⁴, os ajustes na economia brasileira adequando-a às exigências das instituições internacionais (FMI e Banco Mundial), fizeram com que o crescimento da economia voltasse a acontecer, sendo interrompido em 1997, com a irrupção da crise asiática.

Já na primeira década do século vigente, bem como os três primeiros anos da atual década, o cenário verificado inverte-se. A política de geração de empregos dos governos Lula-Roussef obteve um certo sucesso, podendo ser verificado no aumento da quantidade de empregos no Setor Formal e, conseqüentemente, na diminuição do número de trabalhadores ocupados em atividades do Setor Informal.

¹³ As políticas econômicas desses governos tiveram como características ações inócuas na tentativa de combate à hiperinflação bem como as políticas de privatizações e de ajuste fiscal.

¹⁴ Nota-se uma ligeira estabilidade no mercado formal entre os anos de 1995 e 1998.

Tabela 2 – Brasil: Taxa de participação no emprego total por posição na ocupação, 1993-2013 (%).¹⁵

Emprego	Posição na Ocupação	Taxa de Participação (%)					Variações (p.p.)		
		1993	1999	2004	2009	2013	1993 - 1999	2004 - 2013	Total
Formal	Empregado com Carteira	29,0 7	27,4 8	30,4 5	34,9 8	39,8 7	-1,59	9,42	9,42
	Militar	0,37	0,4	0,31	0,3	0,04	0,03	-0,27	-0,33
	Funcionário público estatutário	5,82	6,22	6,29	6,88	7,03	0,4	0,74	1,21
	Trabalhador doméstico com carteira	1,19	1,87	1,98	2,16	2,2	0,68	0,22	1,01
	Empregador (6 empregados ou mais)	1,57	1,88	1,92	1,97	0,2	0,31	-1,72	-1,37
Informal	Outros Empregados sem carteira	17,2 7	17,3 8	18,3	16,5 5	14,7 5	0,11	-3,55	-2,52
	Trabalhador doméstico sem carteira	5,75	5,59	5,69	5,65	4,5	-0,16	-1,19	-1,25
	Conta- própria	21,74	23,24	22,02	20,51	20,63	1,5	-1,39	-1,11
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	5,02	4,49	4,01	4,09	4,39	-0,53	0,38	-0,63
	Trabalhador na construção para o próprio uso	0	0,16	0,12	0,11	0,11	0,16	-0,01	0,11
	Não remunerado	10,5	9,34	6,97	4,65	2,48	-1,16	-4,49	-8,02
	Empregador (até 5 empregados)	1,69	1,95	1,93	2,18	1,65	0,26	-0,28	-0,04

Fonte: VASCONCELOS; TARGINO, 2015 a partir dos microdados do PNAD

Porém, após a reeleição, em 2015, o governo Dilma Roussef mergulhou numa crise política que trouxe como consequência um cenário de recessão econômica e de consequente aumento do desemprego nos semestres subsequentes até o desfecho dessa dissertação. Assim sendo, como já trabalhado nesse capítulo, esse cenário fez aumentar o número de trabalhadores do Setor Informal, conforme os dados da tabela 3.

¹⁵ Apesar de estarem apresentados na tabela, as ocupações compreendidas como “trabalhador na produção para o próprio consumo” e “trabalhador na construção para o próprio uso” não são consideradas como atividades econômicas geradoras de renda.

Tabela 3 – Brasil: População de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência

Indicadores		Distribuição (%)		
		2014	2015	2016
Empregado no setor privado	Com CTPS assinada	39,7	38,7	37,9
	Sem CTPS assinada	11,3	10,9	11,2
Trabalhador doméstico		6,5	6,6	6,8
Empregado no setor público		12,4	12,4	12,4
Empregador		4,1	4,4	4,3
Conta própria		23,1	24,1	24,9
Trabalhador familiar auxiliar ¹⁶		2,8	2,8	2,3

Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017.

No período compreendido nas tabela acima, em decorrência da crise política e, conseqüentemente, econômica na qual o Brasil se viu mergulhado, ocorreu um decréscimo de cerca de 5% no número de trabalhadores com carteira assinada. Por conseguinte, ocorreu um acréscimo de 7,8% no número de trabalhadores por conta própria no mesmo período.

Quando analisados os dados do mesmo período referentes à RMSP, verifica-se um situação bastante semelhante (Quadros 01 e 02). No que diz respeito aos trabalhadores com carteira assinada, podemos observar a ocorrência de uma constante queda. Em 2014, esse número era de 6,167 milhões de pessoas, passando para 6,042 milhões em 2015 e para 5,736 milhões no final de 2016.

Agora, partindo para a análise dos números referentes aos trabalhadores do Setor Informal, são pertinentes algumas considerações. Destaco inicialmente a evolução dos números referentes aos trabalhadores sem carteira assinada: verifica-se a queda de 849 mil pessoas, em 2014, para 760 mil, em 2015, e para 720 mil no fim de 2016. A princípio, um olhar superficial entenderia essa evolução como benéfica pois o número de trabalhadores sem carteira assinada teria diminuído.

¹⁶ Pessoas que trabalham sem remuneração, em apoio a atividades econômicas da famílias.

Seria se fosse verificado ao mesmo tempo o aumento no número de trabalhadores com carteira assinada, o que não foi o caso.

Em um segundo momento, parto para a análise dos números referentes aos trabalhadores autônomos. Estes estão divididos entre os que trabalham para o público e os que trabalham para empresa. Os números referentes a esse segmento indicam uma situação que, a princípio, apresenta-se contraditória pois, após verificar-se um aumento entre 2014 e 2015 – 1,503 milhões para 1,520 milhões de pessoas, respectivamente – no período seguinte verificou-se uma ligeira queda para 1,496, em 2016. Essa contradição se apresentaria através da seguinte indagação: como o número de trabalhadores autônomos diminuiu entre 2015 e 2016 sendo que entre os trabalhadores assalariados (com e sem carteira assinada), essa queda também foi verificada? Para qual segmento migraram os trabalhadores assalariados e autônomos?

A resposta encontrada está na análise dos números relacionados aos trabalhadores autônomos que trabalham para o público e entre os trabalhadores que encontram-se nas demais posições (donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e profissionais liberais). No primeiro segmento, verificou-se aumento de 937 mil pessoas em 2014 para 991 mil pessoas em 2015 e para 1,016 milhão de pessoas no final de 2016. Já nos segmentos agrupados, como demais posições, o aumento foi de 341 mil pessoas em 2014 para 347 mil pessoas em 2015 e para 361 mil pessoas em 2016.

Como já definido no subcapítulo 1, o segmento de trabalhadores autônomos que trabalham para o público é definido como aquelas pessoas que exploram seu próprio negócio (sozinhos ou com sócios) e prestam seus serviços diretamente para o consumidor. Assim sendo, como esses trabalhadores foram alijados do Setor Formal, viram-se na necessidade de tocar um negócio por conta própria¹⁷. Mesmo com as possibilidades que o INSS disponibiliza para que os trabalhadores não fiquem na total informalidade¹⁸ (Plano Simplificado de Previdência Social, Facultativo de Baixa Renda, Microempreendedor Individual), grande parte dessas pessoas, seja por falta de condições econômicas ou por falta de conhecimento, não recorre a esses serviços.

¹⁷ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/crise-eleva-trabalho-por-conta-propria-no-brasil-indica-economista-do-ipea>. Acesso em 10 jul. 2017.

¹⁸ <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/gps/>. Acesso em 10 Jul. 2017.

Quadro 1 – Estimativas do número de ocupados, segundo posição na ocupação Região Metropolitana de São Paulo – 2014-2015

Posição na ocupação	Estimativas (em mil pessoas)		Variações	
			Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2014	2015	2015/2014	2015/2014
Total	9.758	9.621	-137	-1,4
Total de assalariados (1)	6.938	6.821	-117	-1,7
Setor privado	6.167	6.042	-125	-2,0
Com carteira assinada	5.318	5.282	-36	-0,7
Sem carteira assinada	849	760	-89	-10,5
Setor público	771	779	8	1,0
Autônomos	1.503	1.520	17	1,1
Trabalham para o público	937	991	54	5,8
Trabalham para empresa	566	529	-37	-6,5
Empregadores	342	327	-15	-4,4
Empregados domésticos	634	606	-28	-4,4
Mensalistas	397	372	-25	-6,3
Diaristas	237	234	-3	-1,3
Demais posições (2)	341	347	6	1,8

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.
(1) Inclusive os assalariados que não declararam o segmento em que trabalham.
(2) Incluem donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Fonte: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2016/01/PED_RMSP_Anuar_2015.pdf

Quadro 2 – Estimativas do número de ocupados, segundo posição na ocupação Região Metropolitana de São Paulo – 2015-2016

Posição na ocupação	Estimativas (em mil pessoas)		Variações (2016/2015)	
			Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2015	2016		
TOTAL DE OCUPADOS	9.621	9.237	-384	-4,0
Total de assalariados (1)	6.821	6.484	-337	-4,9
Setor privado	6.042	5.736	-306	-5,1
Com carteira assinada	5.282	5.016	-266	-5,0
Sem carteira assinada	760	720	-40	-5,3
Setor público	779	739	-40	-5,1
Autônomos	1.520	1.496	-24	-1,6
Trabalham para o público	991	1.016	25	2,5
Trabalham para empresa	529	480	-49	-9,3
Empregadores	327	277	-50	-15,3
Empregados domésticos	606	619	13	2,1
Mensalistas	372	362	-10	-2,7
Diaristas	234	257	23	9,8
Demais posições (2)	347	361	14	4,0

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e Ministério do Trabalho/FAT.
(1) Inclusive os assalariados que não declararam o segmento em que trabalham.
(2) Incluem donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Fonte: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/01/PED_RMSP_anual_2016.pdf

As pequenas diferenças encontradas na análise dos números apresentados pelos Quadros 1 e 2 dizem respeito às insuficiências apresentadas pelas bases de dados estatísticos disponíveis¹⁹. Segundo Cacciamali, essas limitações apresentam-se da seguinte forma:

“A primeira refere-se à necessidade da geração de dados primários, informações e análises sobre o processo de reestruturação em andamento nos diferentes setores de atividade que contemplem as relações de trabalho, os contratos de trabalho, legais e ilegais, alternativos. Isto permitirá avaliar a relevância quantitativa e qualitativa da fragmentação do trabalho assalariado através dos múltiplos de subcontratação ou de prestação de serviços. A segunda diz respeito à necessidade de examinar as classificações de ocupação e de introduzir ou reformular, caso necessário outras denominações que expressem novos ou recriados conteúdos e funções. Por fim, a terceira está associada à desagregação da categoria por conta própria. Isto porque, no momento presente, ela acaba por apreender ocupações ou indivíduos com formas díspares de inserção, de visibilidade e de legalidade no exercício das ocupações, tais como: profissionais liberais que trabalham em firmas (em rede independente), prestadores de serviços que atuam como trabalhadores assalariados temporários; proprietários de negócios no comércio e no setor de serviços (em rede ou independente); comerciantes e trabalhadores de rua; prestadores autônomos de serviços; ajudantes-assalariados de diferentes tipos de conta própria, etc.” (CACCIAMALI, 2000 p. 165).

Mesmo assim, os números apresentados nos dão fortes indícios para a comprovação da relação de automaticidade entre aumento da quantidade de trabalhadores que migram para o Setor Informal em relação ao aumento do desemprego causado por um período de recessão econômica.

¹⁹ Refiro-me aos bancos de dados disponíveis pelos principais órgãos fornecedores de estatísticas sobre o mundo do trabalho e utilizadas por essa dissertação, a saber; IBGE, SEADE E DIEESE.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SETOR INFORMAL.

2.1. Setor Informal: Do Fordismo/Taylorismo à Acumulação Flexível do Toyotismo.

No período compreendido entre as décadas finais do século XIX e meados do século XX, o modo de produção capitalista presenciou a consolidação do modelo urbano-industrial de organização social no interior dos territórios de países da hoje chamada OCDE (especialmente América Anglo-Saxônica, Europa Ocidental e Japão). Durante o período citado, esse modelo industrial – iniciado ainda no século XVIII, através do processo de Revolução Industrial – viu emergir uma série de transformações em suas estruturas produtivas e, a partir disso, denominadas de Segunda Revolução Industrial.

Nesse determinado espaço-tempo, a produção e produtividade industriais – incrementadas pelos avanços tecnológicos e administrativos – presenciaram um intenso crescimento, perdurando até meados da década de 1970. Durante esse processo, a produção industrial é alçada ao centro da economia dos países envolvidos, liderados pelos setores de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), bens de capital e petroquímica. Em seu início, dá-se a consolidação dos grandes e oligopólicos conglomerados industriais que, através da implementação de filiais em países em processo de industrialização, (Argentina, Brasil e México) promovem uma intensa internacionalização da produção industrial. Conseqüentemente, o emprego no setor primário vê sua participação na PEA, cair gradativamente em benefício do emprego nos setores econômicos característicos da sociedade urbano-industrial (indústria e serviços). Enquanto que o carvão foi a principal fonte energética da primeira fase do processo de industrialização, nesse novo momento ele foi, paulatinamente, sendo substituído pelo petróleo como principal fonte de energia mundial.

Durante a Segunda Revolução Industrial, o modelo de produção que determinou as formas de organização da produção foi denominado de fordismo/taylorismo. Esse conjunto de transformações ganhou essa denominação em função de Henry Ford, empresário do setor automobilístico, ter sido o grande nome que sistematizou em larga escala os princípios que transcendiam a esfera do chão de fábrica. Para Ford, os métodos de trabalho caminhavam em conjunto com a

construção de um novo indivíduo e de uma nova sociedade “(...) democrática, racionalizada, moderna e populista.” (HARVEY, 2014 p. 120).

Ainda, seguindo também a linha de consolidação do capitalismo através de seu modelo industrial, a construção da estabilidade foi essencial para essa consolidação. Estabilidade tanto do trabalho quanto do capital. Remetendo a Weber, Sennett explica que a racionalização da organização das grandes empresas foram mais determinantes do que a lógica do livre mercado na busca do lucro e, conseqüentemente, da consolidação do capitalismo industrial. A “anarquia empresarial” do período em que o autor denomina de “capitalismo primitivo” gerava instabilidade em ambos lados (trabalho e capital). A necessidade de força e proteção não era evidente somente aos trabalhadores mas, também, às empresas que, em virtude da má estruturação, estavam frequentemente expostas ao colapso. Nesse cenário de instabilidade geral, a estrutura desse “capitalismo primitivo” estava fomentando o surgimento de uma revolução contrária ao capitalismo. Foi a aplicação de modelos militares de organização que salvou o capitalismo de sua derrocada. (SENNETT, 2006 p.26-27).

Essa estrutura de modelos militares de organização, denominada por Sennett como “capitalismo social militarizado” foi que determinou a estabilidade. Uma estabilidade baseada no tempo de longo prazo, afetando direta e profundamente a vida subjetiva, pois:

“O tempo está no cerne desse capitalismo social militarizado: um tempo de longo prazo, cumulativo e sobretudo previsível. Esta imposição burocrática afetava tanto as regulações institucionais quanto os indivíduos. O tempo racionalizado permitia que os indivíduos encarassem suas vidas como narrativas – não tanto daquilo necessariamente acontecerá quanto da maneira como as coisas deveriam acontecer, a ordem da experiência. Tornou-se possível, por exemplo, definir como deveriam ser as etapas de uma carreira, relacionar um longo percurso de prestação de serviços numa empresa a passos específicos de acumulação de riqueza. Pela primeira vez, muitos trabalhadores braçais eram capazes de planejar a construção de sua casa. A realidade de oportunidades e turbulências no mundo dos negócios impedia esse tipo de pensamento estratégico. No fluxo do mundo real, especialmente no fluxo do ciclo de negócios, a realidade não obedecia, naturalmente, a um plano, mas agora a possibilidade de planejar definia o reino da ação e do poder individuais.” (SENNETT, 2006 p.29-30)

Com isso, um novo indivíduo começa a ser produzido bem como um novo

modelo civilizatório, a modernidade. Esta surge – enquanto modelo civilizatório – a partir da intenção de ruptura proposta pelos intelectuais iluministas. Essa ruptura se daria através, principalmente, com a implementação de um processo que culminaria no desenvolvimento de uma espécie de “razão coletiva” em detrimento de uma “moral coletiva”, baseada nos preceitos religiosos do cristianismo que determinava as regras da ação coletiva até então. Outro elemento dessa ruptura, era a emancipação da humanidade em relação à natureza, libertando-a das amarras naturais que condicionavam a vida humana. A partir dessas rupturas e guiada pela razão universal, a humanidade poderia triunfar em seu projeto de completo domínio (aqui, no sentido amplo) da natureza.

Isto posto, o modelo baseado na universalidade em contraposição ao estamento; na individualidade em oposição ao estilo de vida comunitário e a autonomia se opondo à tutela da religião passa a vigorar como a única forma possível de vida desse indivíduo urbano-industrial. A reprodução simbólica passa a ser determinada pela reprodução material.

Assim que as fábricas passaram a tomar conta da paisagem das cidades europeias, toda uma organização sócio-espacial avança no mesmo sentido. A população urbana passa a crescer vertiginosamente - resultado da atração urbana exercida pela oferta de empregos das fábricas aliada à repulsão rural resultante do processo de concentração fundiária e, com isso, se faz necessário criar um novo modelo comportamental para esse indivíduo urbano, inserido em uma nova realidade que se mostrava totalmente oposta à anterior, caracterizada através de aspectos estamentais, comunitários e eclesiásticos.

Ao longo do século XIX, verificamos a consolidação da modernidade através das constantes transformações experimentadas pela sociedade capitalista. Vimos emergir o liberalismo econômico com seus conglomerados empresariais multinacionais e como os interesses desses conglomerados, travestidos de interesses nacionais, ocasionaram a explosão das duas grandes guerras. Já no século XX, com o advento do modelo fordista de produção, a modernidade apareceu como o ápice do modelo civilizatório da humanidade: a abundância da produção e do emprego fez com que esse indivíduo forjado pela modernidade se alienasse e reproduzisse o modelo.

Os anos entreguerras foram fundamentais para a consolidação do modelo fordista e sua conseqüente expansão. Nas unidades fabris europeias ainda existia

uma resistência muito forte ao fordismo devido à tradição do trabalho artesanal ainda permanecer vivo, mesmo sob uma organização corporativa, dificultando, assim, a imposição de longas jornadas de trabalho repetitivo com quase nenhum controle por parte do operário sobre a produção. Foi somente após o colapso econômico mundial gerado pela quebra da bolsa de Nova York, em 1929, que o fordismo passou a ser utilizado de forma mais acentuada nos interiores das fábricas tanto europeias quanto estadunidenses. A crise econômica que assolava o mundo fez com que o papel dos Estados na economia fosse revisto. O *New Deal* implementado nos Estados Unidos durante a década de 1930 foi o substituto do modelo das democracias liberais que causaram a crise de superprodução de 1929. Nesse modelo, o papel do Estado deixava de ser o de um mero expectador das relações econômicas para um Estado interventor e regulamentador das mesmas. Mesmo com a necessidade de se retomar o desenvolvimento econômico, aspectos políticos e sociais ainda atravancavam a plena aplicação do fordismo alicerçado por um Estado forte. Somente no período pós-guerra o fordismo pode consolidar-se plenamente enquanto modelo de produção. No período pós-Guerra, com o acordo de Bretton Woods e ao longo dos *Trinta Gloriosos Anos do Capitalismo*, os negócios em escala global eram determinados em função de uma hierarquia geográfica de produção de centros econômico-financeiros encabeçada por Nova York e tendo como principais ramificações o Meio-Oeste estadunidense, a região do Reno-Ruhr no centro europeu, as Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha e a região de Tóquio-Yokohama. A aliança com o Estado keynesiano fez com que o capitalismo nos países desenvolvidos alcançasse estáveis níveis de crescimento econômico associados à elevação dos padrões de vida e estabilidades política e social, perdurando até 1973. (HARVEY, 2014 p. 125)

A partir de 1965, o modelo fordista-keynesiano já começava a dar seus primeiros sinais de esgotamento. Em 1973, as economias dos países centrais padeceram com uma crise inflacionária gerada pelo excesso de fundos e rarefação de áreas de investimentos para reprodução do capital. Outras regiões produtivas, principalmente a de Tóquio-Yokohama, ascenderam nesse novo panorama da Divisão Internacional do Trabalho gerando um acirramento na competição internacional. Com a consolidação do dólar como padrão do comércio internacional, verificou-se um crescente volume da moeda estadunidense sendo acumulada fora dos EUA tendo como o principal destino a City londrina. A isso, soma-se a ação da

OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo – detentora de mais da metade do petróleo produzido no mundo) no sentido de aumentar os preços dessa *commodity* aliada à cessão das exportações para os países centrais. Neste cenário:

“(...) Desvalorização de ativos começam a aflorar, impulsionando disputas entre frações de capital pela transferência do ônus da desvalorização para terceiros, que terminam por implodir a regulação do sistema financeiro, com o fim do sistema de taxas de câmbio fixas e da conversibilidade do dólar em ouro. As moedas começam então a flutuar livremente de uma economia nacional para outra, configurando-se assim um mercado financeiro global que se intensificava junto com as instabilidades e tensões de variadas sortes que ajudava a produzir: dos choques do petróleo ao crescimento dos movimentos de realocização das atividades produtivas, da crescente desregulação (e conseqüente exploração ampliada) do trabalho à intensificação da especulação financeira. Esta última vai constituir-se como uma das características do período de transição que sucede à eclosão da crise e instauração da fase recessiva.” (CANO; FERNANDES, 2005 p. 263)

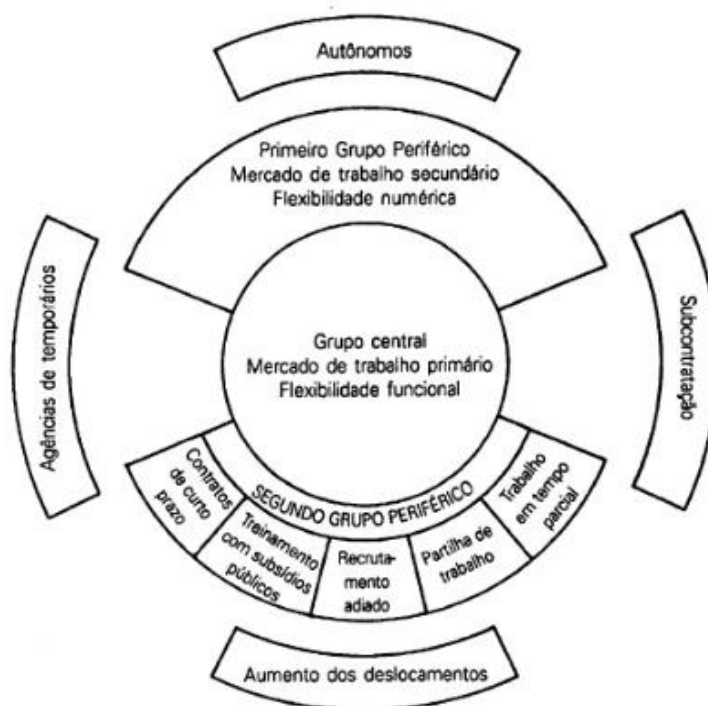
Inicia-se o processo de substituição do modelo fordista por um novo modelo, por ele denominado de acumulação flexível onde:

“(...) as corporações viram-se com muita capacidade excedente utilizável (principalmente fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação da competição. Isso as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca por novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro de capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência (...).” (HARVEY, 2014 p. 137-140)

Esse novo modelo vai romper com a rigidez das relações político-econômicas características do fordismo estabelecendo uma flexibilidade nessas relações inclusive, estendendo-se para a produção da vida social do indivíduo. No que diz respeito às relações de trabalho, a rigidez característica do estado de bem-estar social keynesiano também foi substituída por esse novo modelo flexível. Com os níveis de desemprego cada vez mais crescentes, a flexibilização das relações de trabalho ganhou a guerra contra o trabalho organizado e seu intuito de manutenção das regras trabalhistas características do período anterior. Em via de regra, a estrutura desse novo mercado de trabalho flexível se caracterizou pela divisão entre

os trabalhadores do grupo central e dos trabalhadores dos grupos e subgrupos periféricos, como mostra a figura 1.

Figura 1 - Estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível.



Fonte: Harvey, 2014 p. 143 apud *Flexible Patterns of Work*, editado por C. Curson, Institute of Personnel Management

Através dessa nova estrutura, o trabalhador do grupo central é aquele que muito se assemelha ao trabalhador do regime fordista, ou seja, aquele cujo contrato de trabalho ainda garantia maior segurança no emprego, portador de benefícios e com perspectivas de ascensão. Normalmente fazem parte de uma elite intelectual e ocupando cargos de elevado poder decisório na empresa. Já os trabalhadores dos grupos periféricos foram aqueles que mais sofreram as transformações da acumulação flexível para as relações de trabalho. São funções que são largamente encontradas no mercado de trabalho. Assim sendo, possuem uma rotatividade muito grande proporcionada pelos contratos temporários de trabalho. Mas, ainda sofrendo pela precarização das relações, ainda esses grupos estavam incluídos no grupo dos trabalhadores formais. O aumento do desemprego e da rotatividade, aliado à crescente imigração “Sul – Norte”, fez com que crescesse nos grandes centros urbanos dos países centrais, grupos de trabalhadores informais.

2.2. Evolução Histórica do Setor Informal no Brasil

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o nosso país entra numa primeira fase do processo de desenvolvimento de consolidação de sua economia urbano-industrial. Nessa primeira fase²⁰, o papel principal do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho era o de exportador de matérias-primas e importador de bens industrializados. Nos países centrais a indústria já se apresentava consolidada através dos constantes processos de inovações tecnológica e administrativa característicos da Segunda Revolução Industrial, enquanto que aqui os primeiros passos desse processo ainda eram dados, restritos a poucos segmentos da indústria de bens de consumo não-duráveis, com tecnologia ultrapassada, caracterizando uma industrialização com fraqueza de capital e, conseqüentemente, com baixa absorção de mão-de-obra.

A ruptura desse modelo agrário-exportador começa a ser verificada somente no período entre guerras, fazendo com que o Brasil seja inserido numa segunda fase do processo supracitado. A soma dos capitais privados externos (bens de consumo duráveis), do capital estatal (bens de produção, indústria de base e infraestrutura) e dos capitais privados internos (bens de consumo não-duráveis); forma-se em nossa economia o tripé de sustentação de nosso processo de industrialização, sendo que o marco de passagem para a essa segunda fase é verificado em 1946, com a inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Apesar dos avanços obtidos com Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – maio de 1943), e por esta ser a mais extensa legislação trabalhista entre os países industrializados (LAZZARESCHI, 2015 p. 83), o acesso aos benefícios por ela trazidos ainda eram restritos a uma ínfima parcela dos trabalhadores brasileiros, haja vista que ainda possuíamos uma majoritária população rural e, dentre a população urbana, o nível de trabalhadores assalariados ainda era restrito a parcelas da população das grandes cidades brasileiras. (MATTOSO, 1995 p. 122)

Nas décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial, a economia do nosso país concluiu o processo de industrialização caracterizado pela substituição de importações. Na década de 1950, através do Plano de Metas do governo de

²⁰ Aqui, o processo de desenvolvimento e consolidação da economia urbano-industrial do Brasil é dividido em três fases. A primeira, denominada de “agrária-exportadora” ocorrendo entre 1888 e 1930. A segunda, denominada de “substituição de importações”, ocorrendo entre 1930 e 1957. A terceira, denominada de “capitalista monopolista”, ocorrendo entre 1957 e 1990.

Juscelino Kubitschek, caracterizado por investimentos em infraestrutura e na ampliação das indústrias de base estatais aliado à promoção ao desenvolvimento da indústria de bens de consumo duráveis, nossa economia alcança o auge desse processo. No entanto, todo esse desenvolvimento teve um preço. Como o governo JK se viu frágil em encontrar os mecanismos financeiros para a promoção do Plano de Metas, a estratégia adotada foi a emissão de papel moeda gerando, como consequência, um gradual processo inflacionário.

Mas, apesar desse processo estar em pleno desenvolvimento, este modelo de desenvolvimento não foi capaz de suprir toda a demanda por empregos gerada pelo fluxo migratório oriundo das zonas rurais em direção aos centros urbanos concentradores desse processo de desenvolvimento que eram atraídos pela expectativa de conseguir empregos no setor produtivo do “Sul maravilha”. Essa incapacidade de atendimento à crescente demanda por empregos é explicitada por Beloque quando:

(...) em primeiro lugar, os setores produtivos urbanos terem sido instalados para atender um mercado interno de bens de consumo final sustentado por uma elevada concentração de renda; por isso, esse mercado era pequeno, mas altamente diversificado. Em segundo lugar, porque grande parte da indústria da América Latina surgiu no período de expansão das empresas transnacionais e se instalou como filiais delas, influenciando tanto o tipo de bem produzido, em geral, os bens de consumo duráveis ou bens de luxo, quanto a tecnologia utilizada, quase sempre sem correspondência com as necessidades e recursos da região. Em terceiro lugar, inovação tecnológica incorporada, em virtude dessa inadequação citada anteriormente, se caracterizou por poupar capital e, sobretudo, a mão-de-obra.” (BELOQUE, 2007 p. 22)

Na sequência, após o efêmero governo Jânio Quadros, o novo presidente João Goulart lança o Plano Trienal como tentativa de estabilizar a economia do país. No entanto, o fracasso no controle da inflação, aliado à total instabilidade política interna, culminaram por fragilizar o governo João Goulart, acarretando, no golpe militar no dia 1º de abril de 1964.

Os mais de vinte anos de governos autoritários que tomaram conta do cenário político brasileiro foram marcadas de um lado, por elevada taxas de crescimento do PIB, diversificação do parque industrial e modernização do sistema tributário. Todavia, como a estratégia de financiamento desse crescimento adotada pelos sucessivos governos militares foi, principalmente, a de captação de recursos junto à

agentes externos, aumentando nossa dívida externa. A intensa participação do Estado na economia (subsídios fiscais e grandes obras de infraestrutura), gerando sucessivos déficits públicos somada à indexação da economia fizeram com que o período militar deixasse um legado de hiperinflação para seus sucessores e determinando a década de 1980 como “a década perdida”.

Mesmo experimentando crescimento do PIB a uma média anual de 7% até 1980; entretanto, seja por ausência de políticas públicas ou pelo fato do crescimento da população urbana ter sido mais elevado que a capacidade dessa industrialização de geração de empregos formais, o fato foi que a consequência social desse processo foi a ampliação da desigualdade social, geradora de marginalidade e, no âmbito do trabalho, conseqüentemente, aumento do trabalho informal em nossa economia. (MATTOSO, 1995 p. 123-125)

Repetindo a sequência de desenvolvimento da economia capitalista verificada nos países centrais o Brasil, a partir da década de 1980, começa a dar seus primeiros passos rumo a implementação do processo de acumulação flexível. Paralelamente à finalização da incorporação das tecnologias características da Segunda Revolução Industrial, no início da década de 1980, a economia brasileira mergulha em uma crise socioeconômica fruto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), caracterizado por

“(...) uma estratégia de endividamento externo acelerado.” onde, (...) o já enfraquecido regime militar teve de optar por um ajuste via recessão e obtenção de superávits comerciais. (...) Foi um momento de forte recessão, com o PIB caindo 3%. O desemprego bateu então um recorde, com 8% (pelo IBGE) (...).” (DUPAS, 2000 p. 124)

Com o fim eminente do regime militar, presencia-se no Brasil “(...) a emergência do movimento cívico contra o regime militar por *Diretas Já* e com uma verdadeira unanimidade nacional contra a recessão.”. (MATTOSO, 1995 p. 139) Como consequência dessa ação popular, aliada pelos déficits comerciais estadunidenses, entre 1984 e 1986, a economia do Brasil passa por um breve período de recuperação, chegando a um crescimento de 8,3% em 1985. A segunda metade da década de 1980 foi marcada por estagnação econômica gerada por problemas de ordem política e tendo como consequência elevadíssimos índices inflacionários. Mesmo nesse cenário, as taxas de desemprego não sofreram os

mesmos efeitos. É nesse cenário que o processo de acumulação flexível inicia-se na nossa economia. Enfim,

(...) seja pela incipiência deste processo, seja porque esta discussão ainda se limitou à questão da organização do trabalho, seja pela debilidade da organização nacional empresarial e/ou por sua recusa em discutir abertamente estes temas, seja devido à fraca organização nos locais de trabalho, seja devido a consolidação de centrais sindicais fortes mas sem espaço de negociação, o certo é que este esforço não se traduziu na superação da prática reativa/reivindicativa do movimento sindical e na formulação de um novo projeto de desenvolvimento capaz de fazer face às novas condições internacionais e nacionais.”. (MATTOSO, 1995 p. 141)

Tendo em vista as mudanças no perfil econômico e nos processos de gestão dos setores produtivos, a década de 1990 registrou uma queda brusca na capacidade industrial da Região Metropolitana de São Paulo, transformando -a quase que essencialmente em região prestadora de serviços. Com essas mudanças – em larga medida resultantes das inovações tecnológicas que impactaram a produção – os trabalhadores industriais viram-se destituídos de seus empregos, seja pela falta de capacitação diante das mudanças tecnológicas, seja pela migração de fábricas para outra cidade, ou simplesmente pela perda do emprego em razão de sucessivas crises que corriqueiramente afetam a economia mundial e, conseqüentemente, a brasileira. (DOMBROWSKI; JAKOBSEN; MARTINS, 2000).

Nesse panorama econômico sombrio, muitos trabalhadores industriais, especialmente os menos qualificados, acabaram perdendo seus empregos e passaram a viver o drama da recolocação profissional (CHAHAD, 2000). A década de 1990 foi especialmente cruel com os trabalhadores brasileiros, pois foi nesse período que deparamos com um intenso processo de desconcentração industrial acontecendo na Região Metropolitana de São Paulo (SABOIA, 2000); vimos o também intenso processo de automatização das indústrias que permaneceram na Região, além das sucessivas crises cambiais e bancárias que afetaram as economias emergentes na época (PEREIRA; SEABRA, 2004), cuja consequência foi um aumento considerável nas taxas de desemprego em nosso país. O Setor Informal da economia é o único em que o nível de exigência em relação a experiência profissional anterior, idade, capacidade física e escolaridade é mínimo, ou nenhum. Assim, a importância do setor é bastante considerável, haja vista que

uma pesquisa realizada na época identificou, entre as pessoas ocupadas na Grande São Paulo, um percentual de 48,8% de trabalhadores “empregados” no setor informal. (DOMBROWSKI; JAKOBSEN; MARTINS, 2000).

Nos dez anos anteriores à eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a taxa de desemprego saltou de 6,7% em 1992, para 9,3% da PEA, em 2002. O fato é que, consideradas as informações acima e ao contrário do cenário encontrado na década de 1990, as economias brasileira e mundial passaram e ainda passarão por significativas mudanças. Nos anos 2000, a política econômica dos governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e primeiro mandato Dilma Roussef (2011- 2014), se caracterizaram pelo contínuo crescimento econômico, mesmo a níveis inferiores se comparado ao crescimento dos outros países emergentes. Esse crescimento foi baseado no aumento do consumo interno, associado a superávits da balança comercial gerados, principalmente, pelo agronegócio. Assim sendo, os níveis de desemprego caíram concomitantemente, fazendo com que os níveis de informalidade do mercado de trabalho também caísse.

Retomando a ideia exposta no capítulo anterior, após sua reeleição, em 2014, o governo Dilma Roussef passou por uma série de turbulências no campo político, o que acabou gerando, em conjunto com medidas de freio ao consumo, um cenário de recessão econômica. Com isso, mês a mês, as taxas de desemprego passaram a, paulatinamente, crescer²¹. Consequentemente, como uma medida de manter um padrão de consumo conquistado nos anos anteriores, os estratos mais baixos da população brasileira, fundamentalmente os localizados nos grandes centros urbanos, (re)encontrou no Setor Informal, talvez a única alternativa para geração de renda.

Assim sendo, o estudo do Setor Informal no nosso país ainda se faz necessário. Ainda mais no Brasil, um país ainda carente de amadurecimento político-econômico.

²¹ Segundo a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) contínua do IBGE, em 2014 a taxa de desemprego nacional fechou em 6,8%, subindo para 8,4% em 2015, 12,0% em 2016 e encerrando o 1º trimestre de 2017 com uma taxa de 13,7%.

3. SHOPPINGTREM

INTRODUÇÃO

A hoje chamada linha 8 – Diamante da CPTM (Figura 2) teve sua origem no ano de 1872 como o primeiro trecho da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) (Figura 3). Desde o seu início era utilizada exclusivamente para o transporte de mercadorias. Em 1900, a EFS foi estatizada pelo governo federal e depois repassada ao governo do estado de São Paulo que a arrendou para o consórcio Brasil *Railway*. Em 1918, através de um plano de modernização das ferrovias paulistas, o governo paulista reassume a EFS inaugurando a nova estação Júlio Prestes como a nova estação inicial. Foi somente em 1934 que o trecho passou a ser oficialmente utilizado para os serviços de transportes suburbanos.

Figura 2 – Extensão da linha 8 – Diamante da CPTM.



Fonte: <http://www.cptm.sp.gov.br/sua-viagem/Pages/Linhas.aspx>. Acesso em jul. 2017.

Figura 3 – Estrada de ferro Sorocabana



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ramais/efs-tronco.jpg>. Acesso em jul. 2017.

Na década de 1970, através do decreto nº 10.410, de 28 de outubro de 1971, foi criada a Ferrovias Paulistas S.A. (FEPASA) que aglutinou em uma só empresa todas as ferrovias pertencentes ao governo do estado de São Paulo. O trecho palco desse trabalho foi batizado como Linha Oeste.

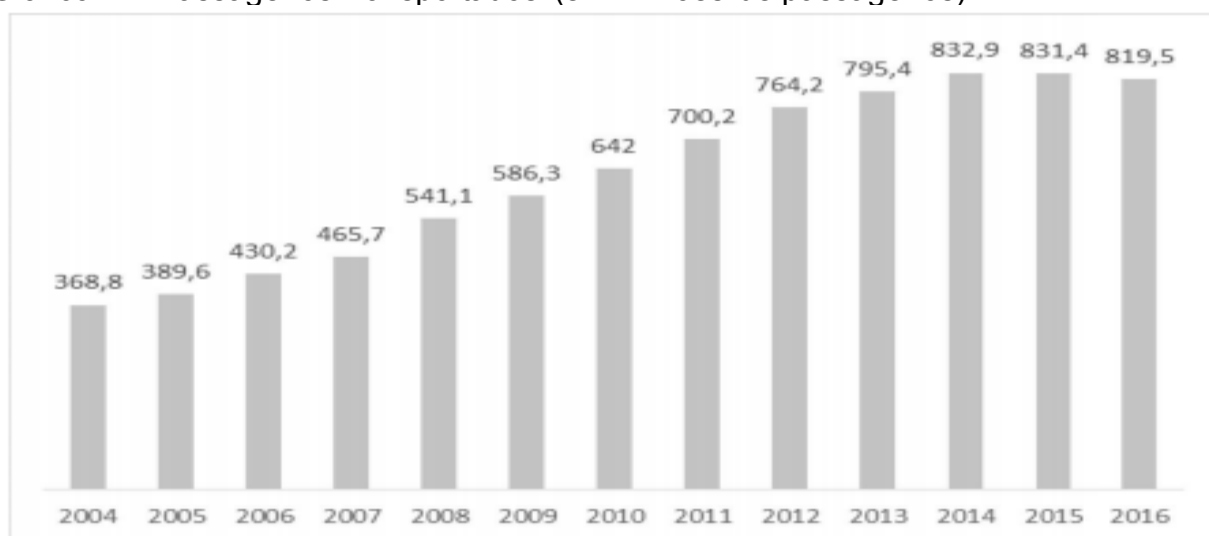
Em 1992, foi criada a CPTM com o intuito de racionalizar e modernizar a malha ferroviária urbana da RMSP. Em 1994, a CPTM passa a operar efetivamente as linhas administradas da Companhia Brasileira de Trens Metropolitanos (CBTU) e em 1996 as linhas da FEPASA. A partir desta data trecho foi rebatizado para Linha B. Em 2008, o governo estadual lança um plano de ação no intuito de realizar uma completa integração da rede metroferroviária da RMSP com isso, todas as linhas da CPTM são rebatizada com novos nomes e cores, baseadas em pedras preciosas.

O conjunto de composições ferroviárias que cortam a Região Metropolitana de São Paulo possui um movimento de cerca de 2,8 milhões de passageiros diários e cerca de 819 milhões de passageiros ao ano (Gráfico 1), segundo o Relatório

Anual da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)²². Ainda, segundo esse mesmo relatório:

Com uma frota de 135 trens, circulando nas horas de pico, em 2014 a CPTM realizou 2.781 viagens a cada dia útil, transportando 832,9 milhões de passageiros no ano, marca que superou em 4,7% a registrada em 2013. Esse movimento representou a média de 2,8 milhões de passageiros por dia, número 4,5% superior ao ano anterior, tendo sido alcançada, no dia 28/11/2014, demanda recorde de mais de 3 milhões de passageiros transportados. A esse desempenho correspondeu-se o crescimento de 1,9% no quadro de pessoal que, de 8.591 empregados em 2013, passou a contar com 8.752 em 31/12/2014. (...) Comparando os dados de 2014 e 2015, houve redução de 833 para 831 milhões de passageiros transportados, acompanhada de queda de 5,2% no número de passageiros pagantes, de 442 milhões para 419 milhões e pelo aumento de 62% no número de passageiros beneficiados pelas gratuidades legais, que passaram de 32 milhões para 52 milhões.

Gráfico 2 – Passageiros Transportados (em milhões de passageiros)



Fonte: <http://www.cptm.sp.gov.br/a-companhia/BalancosDemonstrativos/RA202016.pdf>. Acesso em jul. 2017

Assim sendo, em função da magnitude dos números apresentados pela CPTM, não podemos dissociar o cotidiano das relações no interior das composições com a realidade social na qual o sistema está inserido. Como o setor informal faz parte da realidade da economia da Região Metropolitana da Grande São Paulo, o mesmo também está inserido nesse espaço.

²² www.cptm.sp.gov.br/a-companhia/Pages/Balancos-e-Demonstrativos.aspx. Acesso em nov. 2016.

O comércio de mercadorias no interior dos vagões, bem como dentro de qualquer local administrado pela CPTM é ilegal, conforme versa o decreto nº 1832, de 4 de março de 1996. Nesse sentido, a atuação desses trabalhadores é carregada de constantes momentos de tensão pelo fato de, a qualquer momento, depararem-se com a presença da fiscalização.

Já no que diz respeito à relação entre os trabalhadores e os usuários, esta se dá de forma mais tranquila. Seja pelo fato dos usuários não encararem os trabalhadores como uma ameaça ou pelo fato de a maior parte dos usuários fazer parte do mesmo estrato social dos ambulantes ou, ainda, pelo simples fato de os ambulantes oferecerem uma comodidade (uma água gelada num dia de calor, um salgadinho pra enganar a fome, um fone de ouvido para escutar música); a presença dos ambulantes no interior do vagão acaba por ser aceita para a maior parte dos usuários.

Como procedimento metodológico, viajei por toda a extensão da Linha 8 – Diamante em quatro ocasiões. A primeira, no dia 28/05/2016; a segunda no dia 22/07/2016; a terceira no dia 29/07/2016 e a quarta no dia 13/01/2017.

Na primeira incursão, me restringi à observação e coleta de informações através de anotações em um diário mas aproveitei para conversar com um agente de segurança cujo resultado será descrito no subcapítulo 3.1. Na segunda viagem, além da observação e anotações, realizei uma entrevista aberta com alguns ambulantes e alguns usuários, sendo que o resultado será apresentado no subcapítulo 3.2. Minha terceira observação foi a mais intensa, pois foi aonde resolvi atuar como marreteiro por algumas horas e a descrição dessa ação também estará descrita no subcapítulo 3.2. Por fim, minha quarta incursão foi para a aplicação de um questionário semiestruturado com dez marreteiros onde o resultado será descrito no subcapítulo 3.3.

3.1. Ambulantes e a dicotomia da relação com os usuários e a fiscalização.

Nas atividades de campo realizadas nos períodos citados na introdução deste capítulo, foi possível realizar algumas observações sobre a relação desses trabalhadores informais com setores mais amplos da sociedade - usuários do serviço e membros do poder público, este materializado na figura de agentes de segurança privados, funcionários da empresa contratada pela Companhia Paulista de Trens

Metropolitanos (CPTM) e por soldados do efetivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, denominados de policiais ferroviários.

No que tange a relação entre os vendedores com os agentes de segurança e policiais militares, esta se dá por meio de constantes conflitos entre os atores envolvidos pois, como já mencionado na introdução deste capítulo, o comércio no interior dos trens da CPTM é ilegal. A fiscalização por parte da CPTM se dá, principalmente, através de uma ação de segurança denominada como RONDA, onde:

A RONDA caracteriza-se por ser uma vigilância móvel, ampliada, flexível e dinâmica. É de fundamental importância na prevenção de infrações e delitos cometidos no interior do sistema de transporte sobre trilhos; porém, assume natureza repressiva quando se depara com ocorrências em andamento.

O Corpo de Segurança da CPTM utiliza-se da ronda ostensiva, aquela em que seus agentes são identificados de imediato, em virtude do uso de uniforme e equipamentos, mas igualmente executa rondas com integrantes dissimulados de usuários comuns, de modo a não serem identificados. Em ambos os casos, estão comprometidos com a consecução dos objetivos de inibir o cometimento de irregularidades (prevenção) e surpreender infratores e criminosos que estiverem na prática de atividades delituosas no interior do sistema (repressão).

Um número expressivo de operações de rondas é empregado no combate ao insistente comércio irregular ambulante no interior dos trens, prática proibida por lei, mas alimentada por usuários que se arriscam na compra de produtos origem e qualidade duvidosa, sem perceberem que estão adquirindo uma eventual doença ou problemas com a Justiça. Em 2015, foram efetivadas 53.673 apreensões de mercadorias, resultando na retirada de circulação de 1.719.656 itens de produtos ilícitos comercializados ilegalmente no interior dos trens.²³

Contudo, essas ações não conseguem coibir o comércio no interior das composições principalmente pela insuficiência numérica de agentes de segurança e policiais militares destacados para esta ação. Segundo o relato de um agente de segurança na atividade de campo do dia 28/05/2016, verifiquei que a condição de trabalho dos agentes de segurança está totalmente inserida nos moldes impostos pelo processo de acumulação flexível (HARVEY, 2016) caracterizado pela modernização conservadora (MATTOSO, 1995) pois, para cobrir todas as composições que circulam diariamente na linha, trabalham somente 18 agentes por

²³ <https://www.cptm.sp.gov.br/seguranca/Pages/Acoes-de-Seguranca.aspx> (acessado em 02/11/2016).

dia em turnos de doze horas. Informações da própria CPTM, através de um trecho do Relatório Anual – 2015²⁴, confirmam a fala do agente, pois:

A demanda anual de passageiros transportados correspondeu a um quadro de pessoal com 8.570 empregados, implicando em uma relação de 97 mil passageiros para cada empregado. Tomando por referência o ano 2000, quando o quadro médio foi de 5.433 empregados, para cada empregado corresponderam 44 mil passageiros. Assim, nesses 15 anos, para o incremento de 120% no total anual de passageiros transportados, o quadro de pessoal cresceu em 58%.

As ações de fiscalização da RONDA, a princípio, têm por obrigação coibir toda e qualquer manifestação que possa ocorrer na perturbação da viagem dos usuários; seja de algum vendedor ambulante, de qualquer tipo de artista, pedintes em geral ou de religiosos. Contudo, a situação verificada por esse trabalho não foi essa plena coibição. Somente os vendedores ambulantes é que sofriam a ação fiscalizadora por parte dos agentes de segurança na RONDA. Nesse mesmo dia 28/05/2017, verifiquei a ação de religiosos entoando cânticos durante o trajeto de mais de duas estações e, ao final da apresentação, o seu líder começou a pregar, transformando o interior do trem num culto evangélico. Outra situação semelhante foi em relação aos pedintes. Em mais de uma ocasião no mesmo dia, pude verificar a atuação de pedintes. Em ambos casos (dos religiosos e dos pedintes), a RONDA passou por eles e nenhum tipo de coibição por parte dos agentes de segurança foi verificada.

Ainda através do relato do agente, a relação entre eles (agentes) e os marreteiros é de constante conflito pois não existe mais respeito algum por parte dos vendedores, onde as ambulantes são as que mais apresentam insubordinação e que a maior parte dos usuários defende os marreteiros sob a famosa alegação: “estão trabalhando, não roubando”.²⁵

Essa última alegação do agente de segurança é validada pela fala de duas usuárias entrevistadas no mesmo dia. A primeira entrevistada, ao ser indagada qual era sua percepção acerca dos trabalhadores ambulantes, se ela os encarava como baderneiros ou como pessoas que estavam ali trabalhando em busca da

²⁴ www.cptm.sp.gov.br/acompanhia/BalancosDemonstrativos/RelatoriodaAdministracao-Final.pdf. Acesso em jul. 2016.

²⁵ Nesse caso, trata-se, obviamente, da opinião subjetiva do agente de segurança entrevistado.

subsistência diária, a mesma respondeu que os via como trabalhadores de fato e que ali estavam por não ter outra opção haja vista que o mercado de trabalho, em suas palavras, estar ruim. Continuando, a fala da segunda entrevistada foi na mesma direção da primeira, ou seja, reiterou que não fazia objeção em relação à atuação dos ambulantes pelo fato de serem trabalhadores em busca de suas respectivas subsistências. Ao serem indagadas sobre a ação da RONDA, ambas foram taxativas ao responderem que nunca haviam presenciado nenhuma ação de apreensão por parte dos agentes de segurança nos cerca de dois anos que ambas utilizam o trem diariamente.²⁶ Elas também confirmaram que não existe qualquer tipo de ação de repressão da RONDA em relação à atuação de artistas, pedintes e religiosos.

Durante minhas incursões de observação, pude presenciar exemplos da ação da RONDA em duas situações. Na primeira, durante a atividade de campo do dia 22/07/2016, no trajeto sentido estação Júlio Prestes, entre as estações Presidente Altino e Imperatriz Leopoldina, quatro vendedores, aparentando idades de no máximo vinte anos, passaram correndo em direção ao primeiro vagão. A velocidade e a feição de preocupados acusavam que algo anormal estava ocorrendo. Após conversa com duas usuárias e de ter escutado as conversas ao redor, constatei que o motivo do comportamento desses vendedores consistia no fato da presença de policiais à paisana. Tentei verificar o desdobramento do evento mas, quando cheguei próximo, nenhum dos envolvidos não mais se encontravam no interior da composição.

A segunda situação presenciei quando, durante a atividade de campo do dia 29/07/2016 dentro do método da observação participante, quando passei algumas horas percorrendo a composição vendendo mercadorias aos passageiros. Essa segunda situação será explicitada no subcapítulo seguinte.

Na atividade de campo do dia 13/01/2017, através do questionário semiestruturado, com o qual entrevistei dez ambulantes, nas perguntas acerca da relação entre eles e os agentes de segurança e os policiais, as respostas variavam de acordo com a faixa etária e a quantidade de tempo trabalhando no trem.

Os mais novos (até vinte anos de idade) descreveram a relação como sendo tensa e conflituosa. Os mesmos não aceitam a fiscalização e, segundo os relatos,

²⁶ O trajeto das entrevistadas percorriam diariamente (exceto aos domingos) era da estação Barueri até a estação Barra Funda.

partem para a luta corporal com os agentes de segurança. Não me relataram se a mesma atitude é tomada quando a fiscalização parte dos policiais ferroviários. Já os mais velhos (acima dos vinte anos de idade), relataram que, mesmo com a fiscalização, eles sabem trabalhar e não sofrem represálias.²⁷

Essa fiscalização por parte da polícia ferroviária é repressora e humilhante para os trabalhadores ambulantes, resultando na apreensão da mercadoria e, às vezes, no espancamento²⁸. Em uma das entrevistas, um trabalhador revelou que “precisam saber trabalhar, para não ocorrer nada de errado”; era preciso respeitar a autoridade dos policiais e dos seguranças não transitando ao longo da composição na presença deles.

Essa espécie de regra de conduta é verificada – além de não transitar ao longo da composição na presença dos agentes e/ou policiais – no momento no qual a composição para em alguma estação para o embarque e desembarque de passageiros. Nesse momento, a oferta de mercadorias tem que ser pausada. Quando a composição encontra-se vazia, com cadeiras disponíveis, os trabalhadores tomam assento em alguma cadeira, disfarçando o máximo possível o recipiente onde eles carregam as mercadorias. Essa conduta é necessária para que eles sejam confundidos como um passageiro comum. Quando a composição encontra-se relativamente cheia e, conseqüentemente, sem a disponibilidade de cadeiras para que façam o disfarce acima citado mesmo assim ocorre o tal disfarce, onde o trabalhador se posta, normalmente próximo a alguma porta no lado oposto às portas que se abrem e dão acesso à plataforma. Por mais que, eventualmente, policiais ou agentes saibam quem são os trabalhadores, se esses trabalhadores respeitam esse código de conduta, raramente ele é autuado.

Apesar de existir uma relativa rotatividade dos ambulantes, foi presenciada a presença dos mesmos trabalhadores atuando no interior dos trens. Assim sendo, mesmo se o ambulante respeitar a regra de conduta no momento que os agentes de

²⁷ Estas represálias consistem na retirada do ambulante do vagão, apreensão da mercadoria (sendo que, às vezes, ocorre a apreensão de todo o dinheiro do ambulante) e expulsão do ambulante da estação. Como medida padrão da CPTM, o ambulante autuado deve ser levado à administração da estação que ocorreu a autuação. Nesse espaço, caso o ambulante apresente nota fiscal da mercadoria, este deve preencher um formulário com seus dados pessoais e dados da mercadoria e a mesma é devolvida. Nenhum dos ambulantes com quem conversei relatou ter feito uso desse procedimento Alguns por não possuírem a nota fiscal, outros por medo de represálias pois seus dados pessoais contariam no relatório.

²⁸ Segundo o relato de um ambulante, esse espancamento ocorre frequentemente; os policiais os levam para uma sala fechada, apreendem a mercadoria e os espancam em nome do estabelecimento da ordem.

segurança estão circulando por entre as composições, ou até mesmo parados em determinado vagão, o agente em questão reconheceria facilmente o ambulante que, mesmo sentado ou parado, trabalha no trem diariamente. Nesse caso, as hipóteses levantadas por esse trabalho foi que, mesmo nessa situação de saber quem é o ambulante, esse agente não autuar foram as de: i) não configurar flagrante da ação ilícita e ii) pelo fato do agente saber que aquele ambulante em questão estar respeitando o código de conduta e por se tratar de um trabalhador e não de um bandido, o lado humano do agente acaba por sobressair-se em detrimento do lado profissional.

3.2. Da teoria à prática: relatos de um dia de trabalho no trem.

Durante minhas incursões ao campo do objeto de pesquisa, especificamente no dia 29/07/2016, como parte da metodologia desse trabalho, percorri algumas composições oferecendo bala de goma aos passageiros. A intenção dessa pesquisa era presenciar a totalidade do cotidiano desses trabalhadores. Mesmo estando portando documentação de estudante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCSP, em nenhum momento me passou pela cabeça de me fazer valer dessa condição sob o risco de não vivenciar de forma plena toda a sorte de situações vivenciadas por esses trabalhadores.

Antes de entrar na estação de Osasco da CPTM, passei em uma loja de doces e artigos para festas próxima à estação e comprei duas caixas de balas de goma pelo valor de R\$ 9,99 cada uma. A escolha pela bala de goma foi em relação à observação de quais eram as mercadorias mais vendidas pelos ambulantes. Acessórios para celulares como fones de ouvido e cabos para entrada USB; bebidas (água mineral, cervejas e refrigerantes); chocolates das marcas *Kit-Kat* e *Suflair*; gomas de mascar da marca *Trident* e balas das marcas *Fini* e *Hall's* eram as mercadorias que mais se faziam presentes nas mãos dos ambulantes. Assim sendo, escolhi algo que não ofereceria concorrência diminuindo, assim, a possibilidade de atrito. Logo, a bala de goma serviria a este propósito.

Estava trajando uma calça jeans de cor clara, camiseta branca e um tênis azul, ou seja, um traje básico na tentativa de não destoar do padrão de vestuário que usualmente os trabalhadores dessa linha costumam vestir.

Embarquei na estação de Osasco com destino a Itapevi. Minha tensão era latente! Em determinado momento, resolvi abordar um dos trabalhadores para explicar minha situação de pesquisador e minha intenção ao trabalhar junto a eles por algumas horas. Enquanto a conversa não rendia o que eu esperava pois almejava uma boa receptividade bem como algumas dicas de como atuar, mesmo eu me identificando através do meu comprovante de matrícula do PPGCS da PUCSP, o trabalhador mostrava-se relutante em me passar informações.²⁹ Para minha sorte, uma senhora que estava ao nosso lado, ouviu a conversa e resolveu intervir. A chamarei aqui de Helena pois ela me pediu que não citasse seu nome nesse trabalho.

Helena é uma mulher que à época tinha 52 anos de idade tendo atuado como vendedora nas composições da linha Diamante da CPTM entre 1996 e 2005. O surgimento da Helena foi fundamental para esse trabalho pois pude colher informações deveras valiosas. Muito simpática, Helena interviu na conversa perguntando sobre o que, especificamente, eu estava pesquisando. Após breve resumo da minha pesquisa, ela aceitou me ajudar e descemos na estação Sagrado Coração, no município de Jandira. Conversamos por cerca de trinta minutos. Foi uma entrevista aberta e não planejada onde as perguntas e questionamentos foram surgindo conforme o andamento da conversa e devidamente anotados para futura inserção nessa dissertação.

Assim como as outras pessoas que entrevistei, em nenhum momento Helena sentiu vergonha de estar na situação de trabalhadora informal no interior do trem. Ela me mostrou os arredores da estação. De um lado da estação, verifica-se o bairro homônimo ao da estação, com predomínio de casas comerciais de pequeno porte. No outro lado, podemos observar um imenso terreno tomado por vegetação e pertencente à CPTM. Essa estação foi, até meados dos anos 2000, a base de apoio dos trabalhadores. Era no comércio do bairro que os trabalhadores da atual linha 8 – Diamante abasteciam-se de mercadorias para revendê-las no trem. Essa estação possuía baixa ou nenhuma fiscalização e a entrada, não só dos trabalhadores, mas de quaisquer pessoas, podia ser feita facilmente pelas aberturas da grade de proteção da estação. Além desses elementos que faziam a estação Sagrado

²⁹ Essa relutância ocorreu com uma certa frequência. Em uma das entrevistas realizadas, um trabalhador me confessou que em conversas entre eles, alguns achavam que eu era policial à paisana e outros, que eu era repórter de alguma empresa de mídia impressa.

Coração ser o centro econômico do negócio dos ambulantes, os arredores da estação era também o local onde boa parte desses trabalhadores residiam, haja vista que no terreno citado acima como pertencente à CPTM, à época mencionada, estava instalada uma comunidade residencial de moradias precárias. Nesta comunidade, segundo relato da Helena, além de ser o local de moradia de boa parte dos trabalhadores do trem à época, também funcionava a “sede administrativa” da “empresa” que controlava a estrutura de trabalho no interior das composições. Esta “empresa” possuía um chefe que controlava quem podia ou não trabalhar no trem, qual mercadoria a ser vendida bem como responsável por cobrar uma taxa de cada trabalhador para que este pudesse trabalhar na “empresa”.

Esse chefe também era o responsável por ser o articulador junto aos policiais ferroviários para que a “empresa” pudesse funcionar no interior das composições. Ao ser indagada se essa “empresa” ainda funcionava, Helena foi taxativa ao responder que já havia um bom tempo que a mesma não mais existia. E que atualmente qualquer um que queira entrar para trabalhar no trem tem essa possibilidade de assim o fazer sem que exista qualquer tipo de objeção.

Já no fim da nossa conversa, apareceu um agente de segurança. Como a plataforma estava vazia e após a minha apresentação enquanto pesquisador, o agente sentiu-se mais confortável em conversar mais francamente. Perguntei quais seriam os riscos que eu correria ao vender as minhas balas de goma no trem. Ele me respondeu que eram os mesmos riscos de qualquer outro ambulante. Questionando se mesmo eu sendo pesquisador eu correria tal risco, ele não hesitou em falar: “- Até você conseguir provar que é pesquisador, você pode levar umas porradas.”. Mesmo correndo o risco, era necessária a minha atuação, mesmo que por algumas horas, como vendedor ambulante no trem.

Ao chegar em Itapevi, troquei de composição, agora no sentido estação Júlio Prestes. Enquanto a composição estava parada (Itapevi é uma estação terminal), usando de seu conhecimento de anos de trabalho no trem, Helena me apresentou a alguns ambulantes. Para minha surpresa, ela não me apresentou enquanto um pesquisador que precisava vivenciar aquela situação para enriquecer sua pesquisa. Ela abordou alguns ambulantes, se apresentou como antiga ambulante, perguntando como estava o trabalho ultimamente pois estava querendo voltar a trabalhar no trem pois estava desempregada já fazia um certo tempo. Na sequência, me apresentou como um amigo que estava começando naquele dia e que precisava

de algumas dicas. Os dois ambulantes que Helena responderam que a crise econômica fez com que aumentasse o número de ambulantes e que as vendas haviam caído consideravelmente nos últimos meses. Percebi uma certa desconfiança para comigo mas mesmo assim eles me disseram que naquele dia o trem estava tranquilo que eu não teria nenhuma dificuldade em começar a trabalhar. Após essa apresentação, Helena me desejou boa sorte e desceu na estação Sagrado Coração.

Esperei alguns momentos para iniciar meu trabalho de ambulante. Confesso que estava extremamente apreensivo com aquela situação. Somente após a composição partir da estação Jandira que respirei fundo e resolvi caminhar pela composição oferecendo as balas de goma. O operacional dos ambulantes no interior das composições se dá através da circulação por toda a extensão da composição dos vagões, que é composta por oito vagões interligados, permitindo o acesso à totalidade dos vagões sem a necessidade de esperar a parada em alguma estação. Assim sendo, repeti essa operação. A fala de cada ambulante varia conforme a mercadoria que está sendo vendida. Alguns recorrem ao apelo que a mercadoria tem no comércio convencional. No caso de um ambulante vendendo balas da marca *Fini*, o jargão utilizado era: “– Balas Fini é um real, as famosas balas Fini, só um real.”. Alguns ambulantes utilizavam discursos mais elaborados, como o caso de um vendedor de amendoim. Carregado de humor e criatividade, assim que a porta do trem se fechava, ele dizia: “- A porta fechou, o perigo passou e o comércio começou. Amendoim do norte para o cabra ficar forte.”.

No meu caso, que estava oferecendo dois pacotes contendo dez balas de goma cada pelo valor de R\$ 1, minha fala foi a seguinte: “- Olha a bala de goma, duas por um real, duas por um real.”. Repetindo-a como se fosse um mantra e longe da desenvoltura habitual dos ambulantes mais experientes, estava tomado pelo nervosismo gerado pela sensação de poder ser pego pela fiscalização. Nas primeiras circulações por toda a extensão da composição, sequer olhava para os usuários, mantendo minha cabeça erguida e olhando para o teto.

Minha estratégia não surtiu efeito, em nenhum momento ocorreu nenhum tipo de reação por parte dos passageiros no intuito de querer comprar minha mercadoria. Tomado de um pouco de confiança, resolvi incrementar meu bordão com a intenção de obter alguma venda. Mudei a minha fala para: “- Olha a bala de goma, duas por um real, duas por um real. Macias balas de goma, duas por real, duas por um real.

Adoçam a sua viagem, macias balas de goma, duas por um real, duas por um real.”. Essa mudança verificou-se inócua. Circulei pelas composições até a estação terminal Júlio Prestes e retornei até Itapevi.

No meio desse trecho, percebi que a atitude de Helena ao me apresentar como um ambulante e não como um pesquisador surtiu efeito pois em duas ocasiões que fui abordado por trabalhadores. Na primeira, um vendedor de bebidas me perguntou se eu tinha troco para vinte reais. Respondi negativamente sob a alegação de ainda não ter vendido nada. A segunda abordagem foi a mais interessante e que comprovou a minha aceitação enquanto um deles. Um vendedor de salgadinhos, ao passar por mim, falou: “- Ô da bala de goma, tem um passageiro querendo bala ali na frente.”. Fiquei entusiasmado pois era a oportunidade de realizar a minha primeira venda. Chegando até o passageiro, o mesmo me perguntou se eu tinha a bala de marca Hall’s. Respondi que infelizmente não, pois só estava vendendo balas de goma. Continuei oferecendo minhas mercadorias, com o trem circulando no sentido Júlio Prestes.

Outra passagem que serviu para enriquecer a experiência foi na parada da estação Barueri, durante uma abordagem feita pela fiscalização. Como parte do procedimento já relatado, após a composição parar na estação Barueri, enquanto que eu estava encostado em uma das portas da parte oposta à que dá acesso à plataforma e disfarçando minha mercadoria, presenciei a ação de três policiais militares à paisana. De imediato um deles imobilizou um trabalhador e o retirou da composição. Os outros dois começaram a circular pela mesma. A tensão era explícita. Tanto da minha parte quanto da parte de usuários ao meu redor que me olhavam fixamente mas, por sorte – da minha integridade física e não para a riqueza desse trabalho – os policiais sequer olharam para mim, indo em direção a outros ambulantes que haviam avistado na tentativa de capturá-los. A hipótese que levantei para tal “sorte” foi o fato de minhas características físicas e tipo de roupas usadas destoarem das geralmente apresentadas pelos trabalhadores que usualmente frequentam as composições no dia a dia, além do fato de eu ter estado no trem somente naquele dia e, conseqüentemente, não ser figura frequente dentro do trem.

Ainda nesse trajeto, encontrei um amigo de infância. Parei para cumprimentá-lo. Percebi que ele ficou um tanto quanto sem graça ao me ver como ambulante. Depois de explicar o motivo de eu estar ali, ele gargalhou e achou um pouco de loucura da minha parte eu fazer aquilo. Parei na estação Barra Funda de onde

retornei até a estação Osasco, finalizando minha observação participante.

3.3. Conversa com os ambulantes e a dura batalha pela subsistência.

Como parte da metodologia de análise do cotidiano dos vendedores ambulantes que atuam no interior das composições da linha 8 – Diamante, apliquei um questionário semiestruturado em 10 trabalhadores. Procurei diversificar o máximo possível o gênero e a faixa etária dos entrevistados. As perguntas foram as seguintes: a) tempo de trabalho no trem; b) qual a mercadoria comercializada; c) qual o motivo de começar a trabalhar no trem; d) se já havia trabalhado com carteira assinada³⁰; e) qual o faturamento médio (diário, semanal ou mensal); f) qual a relação com a fiscalização (agentes de segurança e Polícia Ferroviária); g) qual a relação com os usuários; h) qual a forma de trabalho e i) se paga algum tipo de seguridade social.

Embarquei na estação Osasco, sentido Júlio Prestes. Assim que as portas se fecharam e o trem começou a andar, verifiquei a presença de dois agentes de segurança no vagão em que estava. Esperei até a estação Imperatriz Leopoldina para ver se eles desembarcariam, como não eles continuaram na composição, assim que o trem parou na estação Domingos de Moraes percebi a chegada de outro trem no sentido contrário. Por alguns segundos pensei em continuar onde estava mas não percebi nenhum sinal de que os agentes de segurança sairiam daquele vagão. Assim, antes que soasse o sinal de fechamento das portas, saí rapidamente e embarquei no trem sentido Itapevi. Essa mudança verificou-se acertada pois assim que pisei dentro do trem, já ouvi alguns anúncios de vendas de mercadorias. Me posicionei na parte de ligação entre dois vagões e fiquei à espera do momento propício para o início das entrevistas.

Não foi uma tarefa das mais fáceis, haja vista que nas duas primeiras tentativas de abordagem dos ambulantes, os mesmos mostraram-se arredios e recusaram-se a conceder a entrevista. Nessas duas situações, a recusa ocorreu pois os trabalhadores não acreditaram de estar se tratando de um procedimento relacionado a uma pesquisa acadêmica mas, sim, de uma reportagem jornalística tendenciosa com o intuito de denegrir ainda mais a imagem já estigmatizada dos

³⁰ Caso a resposta a essa pergunta fosse positiva, ela gerava mais três outras perguntas: o tempo de trabalho com carteira assinada, qual o ofício que atuou e se pretendia voltar a trabalhar com carteira assinada.

ambulantes do trem. Foi somente na terceira tentativa que logrei êxito.

Dos dez trabalhadores que aceitaram responder às perguntas, entrevistei sete homens e três mulheres. Dentre os homens, a faixa etária variou entre 15 e 54 anos (um ambulante com 15 anos, dois com 19 anos, um com 31 anos, um com 32 anos, um com 41 anos e um com 54 anos). Em relação ao nível de escolaridade dos homens, três ambulantes declararam possuir somente o ensino fundamental 1 completo; dois ambulantes responderam possuir o ensino fundamental 2 completo e dois ambulantes declararam ainda estarem estudando, sendo que um estando na 1ª série do ensino médio e outro na 3ª série do ensino médio. Já em relação à faixa etária das mulheres entrevistadas, essa dissertação colheu informações de uma mulher de 18 anos, uma de 21 anos e uma de 24 anos. Uma declarou possuir o ensino fundamental 2 completo e as outras duas declararam possuir o ensino médio completo.

Dando início ao questionário, as respostas relacionadas ao tempo de trabalho variaram bastante. Dentre as mulheres, duas declararam estarem trabalhando no trem somente há três dias, sendo que a outra mulher respondeu que trabalhava há 4 meses. Em relação aos homens, foi verificada uma média de tempo de trabalho no trem superior à das mulheres. Dentre as respostas obtidas, um declarou estar há 4 meses, dois declararam estarem trabalhando pouco mais de um ano (não souberam precisar), um declarou estar há 2 anos, um há 3 anos, um há 4 anos e um declarou estar há 20 anos trabalhando no trem.

Na segunda questão, não foi verificada uma grande variação em relação aos tipos de mercadoria comercializadas. Em geral, são mercadorias de baixo custo e fácil manuseio³¹ como chocolates, refrigerantes, água mineral cocada caseira e salgadinhos de amendoim, batata e milho. Ainda como parte dessa questão, foi perguntado aos entrevistados se eles trabalhavam vendendo o mesmo tipo de mercadoria todos os dias. Com exceção do ambulante que estava vendendo cocada caseira³², todos responderam que não possuíam uma mercadoria fixa, sendo que

³¹ O mesmo foi verificado inclusive entre os ambulantes que não foram entrevistados e que estavam trabalhando no trem durante o período no qual as entrevistas foram realizadas.

³² Chegando à estação Jandira, percebi que alguns ambulantes começaram a não gostar da minha presença. Um grupo de quatro ambulantes que estavam a alguns metros distantes de mim começaram a conversar em voz alta palavras desconexas. Percebi que se continuasse naquela composição, além de não conseguir mais entrevistas, poderia colocar em risco minha integridade física. Assim que desembarquei na estação Jandira, esperando o trem no sentido Júlio Prestes, minha intenção era viajar até a estação Osasco e, se caso não conseguisse as entrevistas necessárias, finalizaria os trabalhos e voltaria no dia seguinte. Enquanto esperava, avistei o vendedor

cada vendiam diferentes tipos de mercadorias conforme o dia. Um dos entrevistados relatou que trabalhava em dois horários por dia, das 9h até meados das 16h e após às 19h sem horário determinado para finalizar sua jornada de trabalho diária sendo que, normalmente, ele vendia acessórios para aparelhos de telefones móveis pela manhã e, à noite, ele sempre vendia “algo pra comer” pois “o pessoal sempre tá com fome voltando do serviço.”.

A terceira pergunta foi a que demonstrou uma maior proximidade dentre as respostas dos entrevistados. Todos responderam que o desemprego e a falta de oportunidades no Setor Formal e a facilidade como os principais motivos de terem procurado o trem como local de trabalho. Essa facilidade diz respeito ao fato de não existir nenhuma barreira para que o ambulante comece a trabalhar no trem. Somente é preciso dispor de uma pequena quantia de dinheiro para comprar a mercadoria que será vendida e pagar a passagem, além de uma certa desenvoltura para percorrer os interior e anunciar a mercadoria. Não exige nenhum tipo de experiência anterior nem idade mínima ou máxima³³.

Quando indagados se em algum momento da vida profissional já haviam trabalhado com carteira assinada, somente a resposta de dois dos entrevistados foi negativa. Dois responderam que trabalharam cerca de 3 meses (um como ajudante geral e o outro como estoquista). Três dos entrevistados responderam que trabalharam 1 ano (um como atendente de telemarketing, um como ajudante geral e outro como atendente em um restaurante de *fast food*). Um entrevistado respondeu que havia trabalhado durante 2 anos, também como atendente em um restaurante de *fast food*. Uma entrevistada respondeu que trabalhou ao longo de 7 anos no Setor Formal, sendo que a atividade na qual ela trabalhou durante mais tempo foi a de vendedora. O entrevistado que passou mais tempo como trabalhador com

de cocada caseira que entrevistara instantes antes. Aproveitando o tempo de espera do trem, me aproximei do ambulante e aproveitei para ver se conseguia mais algumas informações. Como mencionado anteriormente, ele foi o único entrevistado que trabalhava com mercadoria fixa, ou seja, vendia as cocadas todos os dias. Perguntei se as cocadas eram de fatos caseiras e a resposta foi positiva. Não só nisso que ele destoou do restante dos entrevistado, além de ser o mais velho de todos (54 anos), ele me respondeu que não trabalhava sozinho. Me falou que tinha mais quatro pessoas (três familiares mais um “amigo próximo”). Continuando, me relatou que no início era somente ele e a esposa (ela produzia em casa as cocadas e ele as vendia no trem). Após um tempo que ele não soube me precisar, seu cunhado passou a ajuda-lo com a venda das cocadas, o mesmo ocorrendo o “amigo próximo”. Por fim ainda relatou que se mais algum parente ou amigo quiser começar a trabalhar com ele, não haveria problemas. Tirou-se de conclusão desse relato que esse trabalhador já possui um certo nível de organização em relação ao trabalho, envolvendo mais de uma categoria de trabalhador do Setor Informal.

³³ Ao longo das pesquisa, pude presenciar desde crianças aparentando 10 anos de idade, até idosos que, aparentemente, possuíam mais de 70 anos de idade.

carteira assinada foi o vendedor de cocadas de 54 anos. Ele respondeu que trabalhou por cerca de 10 anos como pedreiro em uma grande construtora brasileira. Por fim, somente dois dos entrevistados responderam que não pretendiam voltar a trabalhar no Setor Formal pois consideravam que os ganhos obtidos no trem são superiores aos salários que recebiam anteriormente e também superiores a qualquer salário que poderiam receber como assalariados com o nível de escolaridade que possuem. Uma das entrevistadas comentou que estava esperando o resultado de um processo seletivo para trabalhar na prefeitura do município de São Paulo. O vendedor de cocadas, por mais que respondeu que ainda pretende voltar a trabalhar com carteira assinada, mostrou-se desanimado em função de considerar sua idade elevada (54 anos). Na verdade, o que pode ser percebido foi que, exceto a ambulante que afirmou esperar o resultado do processo seletivo na prefeitura de São Paulo, todos demonstraram um certo desalento em relação a volta ao Setor Formal.

Na quinta pergunta, sobre o faturamento médio, as entrevistadas que haviam começado a trabalhar somente há três dias responderam que haviam faturado somente R\$ 10 por dia³⁴. Três dos ambulantes me relataram faturar uma média diária de R\$ 100. Dois relataram que a média de faturamento diário girava em torno dos R\$ 200 e um respondeu que faturava em média cerca de R\$ 300. Somente um ambulante não soube me responder quanto faturava diariamente. Após minha insistência ele respondeu que “dava pra tirar” R\$ 1.000 por mês. Quando indagados sobre a quantidade de horas trabalhadas ao dia e a quantidade de dias trabalhados na semana, nenhum dos ambulantes soube me precisar a quantidade de tempo de trabalho.

A sexta pergunta foi a única cujas respostas foram uníssonas. Todos os entrevistados relataram que a relação existente com a fiscalização, seja com os agentes de segurança, seja com os policiais ferroviários; é de constante tensão. Apreensão das mercadorias, violência física e verbal, expulsão da estação e abuso

³⁴ As duas foram as últimas que entrevistei e como ainda faltavam três estações para que chegássemos ao nosso destino, aproveitei para colher mais informações sobre o seu cotidiano. Segundo seu relato, elas trabalhavam em um bairro da zona Sul da capital. Há cerca de um mês, quando estava indo visitar uma amiga que mora em Itapevi ela presenciou a atuação dos ambulantes no trem. Como o dinheiro das suas economias estavam no fim e já havia acabado o período do seguro-desemprego ela resolveu que iria começar a trabalhar no trem para garantir a subsistência dela e da filha. Sobre o baixo valor do faturamento diário relatado, na verdade era o lucro pois ela fez a conta de quanto sobrava no final do dia, subtraindo o valor da passagem e do prejuízo que ela teve quando, por duas ocasiões, sua mercadoria foi apreendida.

de poder foram as ações praticadas pela fiscalização relatados pelos ambulantes³⁵. Todos os entrevistados me disseram que sabiam que o que estavam fazendo era considerado ilegal mas que os agentes de segurança poderiam tratá-los com mais respeito pois ninguém estava ali pra matar ou roubar.

Na questão seguinte, nas respostas sobre a relação entre os ambulantes e os usuários, todos os entrevistados falaram que nunca tiveram nenhum tipo de problema. Além disso, uma entrevistada me disse que em algumas ocasiões verificou usuários auxiliando os ambulantes. Ela relatou duas situações: na primeira ela presenciou alguns usuários avisando quando perceberam a aproximação dos agentes de segurança e a segunda quando uma usuária fingiu ser mãe de uma criança que estava trabalhando no trem para que ela não fosse autuada. Em sua resposta, um dos entrevistados relatou que em algumas situações, quando algum ambulante estava sendo autuado e os usuários verificavam se tratar de ação abusiva por parte dos agentes de segurança, ocorria a manifestação imediata dos usuários em defesa do ambulante. No entanto, um entrevistado relatou que já presenciou usuários contrários ao trabalho dos ambulantes mas que isso era muito raro de acontecer e somente uma parte bem pequena do total de usuários que costuma ter essa atitude.

Aqui, através da oitava questão, essa dissertação procurou saber qual era método de trabalho dos ambulantes. Nesse sentido, as perguntas foram direcionadas para saber onde as mercadorias eram adquiridas, qual horário de trabalho e como o faturamento diário era utilizado. Nesse conjunto de respostas foi verificado que o centro comercial no entorno da estação Sagrado Coração em Jandira ainda mantém uma considerável importância entre os ambulantes. Quatro dos entrevistados afirmaram que se abastecem de mercadorias no comércio local. Indagados sobre o nome dos estabelecimentos comerciais de onde eles adquirem as mercadorias, nenhum soube responder, sendo que somente um mencionou o nome de dois donos de lojas do local: “Tia” e “Alemão”. No caso do vendedor de cocadas, ele não compra em nenhum estabelecimento a mercadoria pelo fato da mesma tratar-se de produção caseira. Cinco dos entrevistados afirmaram não

³⁵ Duas das entrevistadas relatou uma ação violenta por parte da fiscalização que causou indignação, tanto dela quanto dos usuários. Um agente de segurança autuou uma criança de cerca de 12 anos, a retirando do trem utilizando-se de agressão física. Após ser agredida, a criança conseguiu desvencilhar-se do agente e começou a atirar algumas pedras no mesmo. Como se tratava de uma criança e uma das ambulantes entrevistada estava filmando o ocorrido, o agente não apreendeu a criança enquanto a outra entrevistada tentava acalmá-la.

possuírem um local fixo para a compra das mercadorias. Um deles citou a “Loja do Lobão” localizada nos arredores da estação General Miguel Costa. Outro entrevistado afirmou que quando ele decide pela comercialização de acessórios de aparelhos de telefone móvel como cabos *USB*, fones de ouvido ou capas de proteção; o local de aquisição dessas mercadorias é a região da rua 25 de Março, no centro da capital. As duas entrevistadas que estavam há poucos dias trabalhando no trem afirmaram que adquirem as mercadorias em estabelecimentos localizados próximos à comunidade onde residem. Como já mencionado anteriormente, o local de moradia das ambulantes é bastante distante de qualquer parte do trajeto da linha 8 – Diamante da CPTM. Para chegar até a linha, elas têm que ir de ônibus até a estação Santo Amaro da linha 9 – Esmeralda, que possui como terminal a estação Osasco, onde fazem a baldeação para a linha 8 – Diamante. Assim sendo, elas são obrigadas a já trazerem a mercadoria pois como elas disseram que pagam a passagem³⁶, teriam que pagar outra passagem caso adquirissem a mercadoria no comércio do Sagrado Coração, por exemplo.

Por fim, quando indagados se contribuíam como autônomos em alguma das modalidades oferecidas pelo INSS (Plano Simplificado de Previdência Social, Facultativo de Baixa Renda, Microempreendedor Individual). Em todas as entrevistas eu comentei e expliquei sobre essas possibilidades. Novamente somente o vendedor de cocadas que conhecia uma dessas formas de, mesmo continuando a trabalhar no trem, estar de alguma forma incluído no Setor Formal. Os outros nove ambulantes desconheciam totalmente a possibilidade de contribuírem com o INSS de forma autônoma.

³⁶ Essa informação é necessária pois, através do relato, as trabalhadoras afirmaram que entrar na estação sem pagar a passagem é uma prática comum entre os ambulantes da linha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação abordou o *modus operandi* do comércio ambulante realizado no interior dos trens da linha 8 – Diamante CPTM, desde a aquisição da mercadoria até a venda dentro dos vagões para o usuário desse meio de transporte.

Nossa preocupação particular foi com os mecanismos que levam esse tipo de comércio a se organizar, na tentativa de traçar uma análise acerca das relações do “grupo” de trabalhadores informais que atuam no interior dos vagões de parte dos trens metropolitanos que cortam a Grande São Paulo. Este trabalho analisou: a) a origem desse tipo de comércio informal; b) os expedientes que utilizaram para exercer sua atividade, dado o fato de que ela é considerada ilegal, portanto, sujeita à repressão das autoridades fiscais e policiais; c) como se dá a relação entre esses trabalhadores, o poder público (administrador da linha dos trens) e a sociedade (usuária do trem).

A primeira hipótese que levantei para responder a essas inquietações foi a da existência de uma hierarquia, com um “chefe” responsável pela administração do empreendimento ilegal e eventualmente pela distribuição das mercadorias entre os comerciantes informais, ou seja, sendo ele quem determinava quem viria vender e o que e quanto seria vendido. É esse “chefe” que, supostamente, também estabeleceria as relações com o poder público administrador das linhas (CPTM e Polícia Ferroviária), estabelecendo relações de cumplicidade com os seguranças contratados pela companhia de trens.

Essa hierarquia administrativa de fato existiu, sendo que foi dissolvida em meados da década de 2000 em função de ações diretas e indiretas do poder público. Entendemos pela ação direta, a ação de reintegração e posse realizada pela CPTM que, em novembro de 2005 acabou com a comunidade que era a “sede” da hierarquia administrativa. Como ação indireta do poder público se deu pelo fato que, no período, a política econômica país fez com que nossa economia apresentasse seguidos anos de crescimento e, conseqüentemente, aumento dos níveis de emprego diminuindo, assim, a demanda pela atividade objeto desse estudo.

Após a realização das pesquisas pertinentes a esse trabalho, verificamos que não existe nenhum tipo de organização hierárquica por parte dos trabalhadores estudados. O aumento da quantidade de pessoas atuando como vendedores no

trem é resultado imediato do aumento do desemprego em nosso país nos últimos anos. A facilidade de início imediato é o principal atrativo do trem como meio de subsistência. Não existe nenhuma restrição em relação à idade, nível de escolaridade e tampouco é requerida experiência anterior. Somente a experiência de vida é exigida e, conforme o trabalhador passe mais tempo trabalhando no trem, mais experiência vai adquirindo e, conseqüentemente, maximizando seus ganhos pois minimiza as apreensões de mercadorias (principal forma de prejuízo econômico) e faz com que aprenda a burlar as catracas de entrada às plataformas para que a passagem deixe de ser incluída nos custos da operação.

Como a linha em questão serve a uma região periférica da RMSP, a maior parte dos usuários pertence ao mesmo estrato social dos vendedores. Assim, sendo, a maior parte deles acaba por se solidarizar pois, mesmo sabendo de se tratar de uma atividade ilegal, não é considerada uma atividade imoral aos olhos da maior parte dos usuários. Essa solidariedade se viu evidente através das entrevistas concedidas pelos trabalhadores onde todos os relatos foram incisivos ao dizerem que os usuários sempre os ajudam e o defendem. Aqui existe uma relação de reciprocidade, de cooperação. Pois os vendedores também relataram que sentem-se ajudando os usuários oferecendo comodidade: algo para comer na volta do trabalho, uma bebida gelada para refrescar um dia de calor, etc.

Todos os trabalhadores foram taxativos ao dizer que não estavam cometendo nenhum crime e que não estavam naquela situação por livre escolha. Foi a última situação encontrada para a subsistência. Ou era isso ou era a criminalidade.

Eles tampouco fazem-se de vítimas. Nenhum relato foi nesse sentido. O que querem é respeito pois o poder público foi que, através da sua política macroeconômica, o obrigou a trabalhar no trem e, sendo assim, esse mesmo poder público agora o retalia na sua última tentativa digna de subsistência. A

Essa dissertação, através da análise da bibliografia acerca das definições do Setor Informal, não teve como intenção a (re)definição do conceito. Dentre as inúmeras possibilidades encontradas para o que viria a ser o Setor Informal, as encontradas nas principais instituições de pesquisa do “mundo do trabalho” (IBGE, SEADE, DIEESE e OIT), junto com os trabalhos da professora Maria Cacciamali e da professora Leslie Beloque foram de fundamental importância pois fizeram com que esse trabalho concluísse que todo o tipo de atividade do Setor Informal é parte constituinte da economia capitalista e não um espectro que fica alheio à formalidade

somente esperando uma boa ação para que possa reencarnar no corpo da formalidade. Ao contrário, no seio do Setor Informal, é encontrada uma ampla quantidade de categoria de trabalhadores: são produtores, vendedores, assalariados, prestadores de serviços, sendo que “(...) nenhum desses casos tais atividades são ‘informais’ e exteriores à economia (BELOQUE, 2007, p. 159).

O termo informal está relacionado em contraposição ao Setor Formal cujos trabalhadores são aqueles que possuem carteira assinada e, conseqüentemente, gozadores do conjunto de benefícios relacionados à CLT. O que melhor define esse conjunto de trabalhadores não é o termo informal mas, sim, a ideia de marginalidade pois eles de fato estão à margem do que a OIT determina como sendo o “trabalho decente”, ou seja, aquele tipo de trabalho cujo emprego esteja vinculado à CLT.

Por fim, o trabalho precário no interior do trem é mais um reflexo de uma seqüência histórica de políticas econômicas desastrosas aplicadas por sucessivos governos nas últimas décadas. O trem acaba por ser um “retrato 3 x 4” da totalidade da “paisagem” chamada Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. **Sem Maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Os sentidos no trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2015.

AUGÉ, M. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papyrus, 1994.

BELOQUE, L. D. **A cor do trabalho informal: uma perspectiva de análise das atividades informais.** São Paulo: s. n., 2007.

BIONDI, L. **A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas.** Cad. AEL, v.15, n.27, 2009.

BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevista e grupos.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BORIN, M. do E. S. **Sociabilidade urbana no cenário contemporâneo: um ensaio teórico.** In: GOUVEIA, E., BALTAR, R. e BERNARDO, T. (orgs.) Ciências Sociais na atualidade: temáticas contemporâneas. São Paulo, EDUC, CAPES, 2011

BOURDIEU, P. **O campo econômico.** In: Revista Política & Sociedade, nº 6: abr. 2005.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CACCIAMALLI, M. **Setor informal e as formas de participação da produção**. São Paulo: IPEA, USP, 1983.

_____. **Globalização e processo de informalidade**. Campinas: Economia e Sociedade, nº 14: 153-174, jun. 2000.

CAMARGO, J. M.; NERI, M.; REIS, M. C. **Emprego e produtividade no Brasil na década de noventa**. Disponível em: www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos. Acesso em dez. 2015.

CANO, W.; FERNANDES, A. C. **O movimento do pêndulo – justiça social e escalas espaciais no capitalismo contemporâneo**. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (orgs.). Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CHAHAD, J. P. Z. **Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/>. Acesso em dez. 2010.

CLEPS, G. D. G. **A desconcentração industrial no Estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços**. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article>. Acesso em dez. 2010.

COSTA, E. G. **Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 1989.

CUNHA, M. S. da; OLIVEIRA, L. **A evolução recente do desemprego no mercado de trabalho brasileiro**. Revista Economia & Tecnologia - Ano 06, Vol. 22 - Julho/Setembro de 2010.

DEDECCA, C. S. **O desemprego na pesquisa de emprego e desemprego**. Disponível em http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_04.pdf. Acesso em dez. 2010.

DIEESE. **Mercado de trabalho no Brasil**. In: A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: 2001

DOMBROWSKI, O.; JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. **O trabalho informal na cidade de São Paulo**. In DOMBROWSKI, O.; JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. (orgs.). Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FRÚGOLI Jr., H. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2014.

IBGE. **A Economia Informal Urbana - 2003**. Rio de Janeiro, 2005

JULIÃO, F. C. **Corpo, espaço, cidade: tramas de controle e disciplina – os vendedores do comércio ambulante do centro de São Paulo**. São Paulo: s. n., 2012.

KOWARICK, L. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

LAZZARESCHI, N. **Flexibilização, desregulamentação e precarização das relações de trabalho: uma distinção necessária**. Revista LABOR nº 13, v. 1, 2015.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOSO, J. E. L. **A Desordem do Trabalho.** São Paulo: Página Aberta, 1995.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade.** São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

MELLO, N. A. de. **Neoliberalismo e mercado de trabalho no Brasil – desemprego e precarização do trabalho nos anos de 1990 e instabilidade / alta rotatividade do emprego formal sob o governo Lula.** In: Caderno Prudentino de Geografia, v. 26, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Presidente Prudente, 2007.

MENEZES FILHO, N. A.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. **O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção?** Revista Brasileira de Economia, vol. 58, nº 2. Rio de Janeiro, Abril-Junho de 2004.

NORONHA, E. G. **“Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18 nº. 53 outubro de 2003.

OFFE, C. **Prolemas estruturais do estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

OIT, **Constituição OIT e a Declaração da Filadélfia, [201-?]** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/constituicao-oit-e-declaraco-de-filadelfia>. Acesso em Jun. 2016.

_____. **A OIT e a economia informal.** Lisboa: OIT, 2005.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. Petrópolis: Vozes: Cebrap, 1988.

OLIVEN, R. G. **A Antropologia de Grupos Urbanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

PEREIRA, A.P.M.; SEABRA, F. **Crises cambiais e bancárias na década de 1990: uma análise de painel aplicada a mercados emergentes**. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A033.pdf>. Acesso em dez. 2010.

POCHMANN, M. **O excedente de mão-de-obra no município de São Paulo**. IN DOMBROWSKI, O.; JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. (orgs.). Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2002.

PRADO, N. **Economia informal e o direito no Brasil**. São Pulo: LTR, 1991

PRANDI, R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RIGAMONTE, R. C. **Severinos, Januárias e Raimundos: notas de uma pesquisa sobre os migrantes nordestinos na cidade de São Paulo**. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (Orgs). Na MetrÓpole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP, 1996.

ROUANET, S. P. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SABOIA, J. **Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional.** Disponível em <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/177/112>. Acesso em dez. 2010.

SABOIA, J.; SABOIA, A. L. **Caracterização do Setor Informal a partir dos Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000.** In: Política Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades, Brasília. Trabalho Decente. Brasília : OIT, 2004. v. 1.

SEADE. **PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) RMSP. Nº 382, Setembro de 2016.** São Paulo, 2016.

SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

SIMMEL, G. **Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal.** In: MORAES Filho, E. (org.) Sociologia: Simmel. São Paulo, Ed. Ática, 1983, pp. 165-181. Col. Grandes Cientistas Sociais.

SINGER, P. **O trabalho informal e a luta da classe operária.** IN DOMBROWSKI, O.; JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. (orgs.). Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOTO, H. de **Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana.** Rio de Janeiro: Globo, 1987.

TARGINO, I; VASCONCELOS, E. A. S. **A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: 1993 – 2013.** Revista da ABET, v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015.

Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/viewFile/25705/1388>. Acesso em dez. 2016.

THEODORO, M. **O Estado e os diferentes enfoques sobre o informal**. Disponível em <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/177/112>. Acesso em dez. 2014.

TORRES, L. L. **Programa de Paulista: lazer no Bexiga e na avenida Paulista com a rua da Consolação**. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (Orgs). Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Editora USP, 1996.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo/Campinas: Cortez, 2016.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 2009.

SITES E PORTAIS DE NOTÍCIAS

http://200.144.6.120/exposicao_ferrovias/fepasa.php. Acesso em jul. 2017.

<http://www.abpfsp.com.br/ferrovias.htm>. Acesso em jul. 2017.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-08/ibge-mercado-de-trabalho-vive-circulo-vicioso-com-perda-de-emprego-e-renda>. Acesso em jan. 2017.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/crise-eleva-trabalho-por-conta-propria-no-brasil-indica-economista-do-ipea>. Acesso em mai. 2017.

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/a-companhia/historico>. Acesso em jul. 2017.

<http://www.cptm.sp.gov.br/a-companhia/Pages/Relatorio-da-Administracao.aspx>. Acesso em jul. 2017.

<http://www.cptm.sp.gov.br/a-companhia/BalancosDemonstrativos/RA%202016.pdf>. Acesso em jul. 2017.

<https://www.cptm.sp.gov.br/a-companhia/Pages/Nossa-Historia.aspx>. Acesso em jul. 2017.

<http://www.cptm.sp.gov.br/sua-viagem/Pages/Linhas.aspx>. Acesso em jul. 2017.

<http://www.dgabc.com.br/Noticia/136050/-shopping-trem-vende-desde-tesoura-ate-guia-de-vestibular>. Acesso em jun. 2017

<http://www.estacoesferroviarias.com.br/ramais/efs-tronco.jpg>. Acesso em jul. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1814554-shopping-trem-de-sp-vende-de-doces-a-caminha-para-cachorro.shtml>. Acesso em jul. 2017.

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/10/fiscalizacao-usa-forca-contr-ambulantes-nos-trens-de-sao-paulo.html>. Acesso em jun. 2017.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua_mensal/default_retrospectiva.shtm. Acesso em jan. 2017.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?indicador=1&id_pesquisa=38. Acesso em jan. 2017.

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaquas_PNAD_continua_2012_2016/principais_destaquas_PNAD_continua_2012_2016.pdf. Acesso em jan. 2017.

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201701_trimestre_caderno.pdf. Acesso em jul. 2017.

<https://medium.com/trens-metropolitanos>. Acesso em jul. 2017.

<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/shopping-nos-trilhos-apesar-da-proibicao-ambulantes-vendem-de-tudo-nos-trens-de-sp-16072016>. Acesso em jun. 2017.

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/05/23/ambulantes-tem-regras-encenam-vendas-e-lucram-com-trabalho-irregular-em-trens.htm>. Acesso em jun. 2017.

<http://www.revistaferroviaria.com.br/index.asp?InCdEditoria=1&InCdMateria=21251>. Acesso em jun. 2017.

<http://www.rffsa.gov.br/>. Acesso em jul. 2017.

http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/06/Press_RMSP_390_maio_2017.pdf. Acesso em jul. 2017.